

## ATA DA 215ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos 25/09/2019, sob a Presidência do Senhor Luiz Ricardo Viegas, Secretário Adjunto de SVMA, realizou-se a 215ª reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, convocada com a seguinte

### PAUTA:

#### EXPEDIENTE

1. Discussão e votação da Ata da **214ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.**
2. Posses:
  - Posse do Senhor **William Araújo Agra** como Conselheiro **Titular** e Posse da Senhora **Liliane Neiva Arruda Lima** como Conselheira **Suplente**, ambos representantes da **Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente – Coordenação de Fiscalização Ambiental (CFA)**;
  - Posse do Senhor **Vitor Torcinelli Rodrigues** como Conselheiro **Titular**, representante da **Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente – Coordenação de Licenciamento Ambiental (CLA)**;
  - Posse do Senhor **Flávio Sukaitis** como Conselheiro **Titular** e Posse do Senhor **Renan Ferreira Escobar** como Conselheiro **Suplente**, ambos representantes da **Polícia Militar Ambiental (PM)**;
  - Posse do Senhor **Davi de Souza Lima** como Conselheiro **Titular** representante do **Ministério do Meio Ambiente (MMA)**;
  - Posse dos Senhora **Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh** como Conselheira **Titular** e Posse do Senhor **Leonardo Barbosa de Oliveira** como Conselheiro **Suplente**, ambos representantes da **Secretaria do Governo Municipal (SGM)**.
3. Informes.
4. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião.

#### ORDEM DO DIA

5. Apresentação: **Andamento do Plano Municipal de áreas Protegidas, Área Verdes e Espaços Livres (PLANPAVEL)**, pela Senhora **Hélia Maria Santa Bárbara Pereira** – Diretora da Divisão de Estudos Ambientais e Planejamento Ambiental – DEAPT (20min).

6. Apresentação: **Plano Municipal de Arborização Urbana**, pela Senhora **Priscilla Martins Cerqueira** – Diretora da Divisão de Arborização Urbana – DAU (20min).
7. Apresentação: **Programa Município VerdeAzul no Município de São Paulo: Ciclo Ambiental 2019**, pela Senhora **Vivian Prado Fernandes** – Diretora da Divisão de Informações Ambientais – DIA (40min).
8. Sugestões para a Pauta da próxima reunião e Assuntos Gerais.

## ANEXO

Transcrição da 215<sup>a</sup> reunião plenária ordinária do CADES, realizada em 25 de setembro de 2019.

**Luiz Ricardo Viegas** - Bom dia, bom dia a todas e a todos. Declaro aberta a nossa 215ª reunião plenária ordinária do CADES, lembrando que.... Lembrando não. Eu sei que algumas pessoas ficaram meio perdidas porque... até eu mesmo eu achei que eu tinha que ir lá para o Centro, hoje eu resolvi vir para cá. Desejo que a gente tenha um bom início de reunião, com os debates. Eu vou passar aqui a palavra ao Devair para discorrer sobre a pauta e vamos lá.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Bom dia a todos e a todas. Iniciada a reunião, passamos agora para o Expediente. Como ainda acredito que nós não temos quórum para fazer a votação da Ata, nós vamos fazer uma inversão de pauta aqui nesse momento. Passamos agora para o segundo ponto do Expediente: as posses. Primeira posse do dia: posse do senhor William Araújo Agra como Conselheiro titular da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, da Coordenação de Fiscalização Ambiental (CFA), que não se encontra (*voz ao fundo*). A seguir, anunciamos a posse da Senhora Liliane Neiva Arruda Lima como Conselheira suplente da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, da Coordenação de Fiscalização Ambiental (CFA). Conselheira suplente Liliane Arruda, representante da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, seja acolhida à nossa Mesa junto com Senhor William Araújo Agra. Na sequência, anunciamos a posse dos Conselheiros Senhor Vitor Torcinelli Rodrigues como Conselheiro tutelar, também representante da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, da Coordenação de Licenciamento Ambiental. O Vitor ele acabou de sair. Ele foi chamado pelo Secretário Eduardo. Ele se fez presente, assinou a lista de presença, mas recebeu um telefonema do nosso Secretário Eduardo de Castro e teve que correr lá para a Secretaria nesse momento. Dando continuidade, anunciamos também a posse do novo Conselheiro Senhor Flavio Sukaitis como Conselheiro titular, representante da Polícia Militar Ambiental, da PM. Seja bem-vindo. Como Conselheiro também representante da Polícia Militar, anunciamos o currículo do Senhor Renan Ferreira Escobar como Conselheiro suplente. Na sequência, anuncio a posse do Senhor Davi de Souza Lima como Conselheiro titular representante do Ministério do Meio Ambiente, que não se encontra presente nessa reunião plenária e a posse está acolhida nessa data, considerando empossado para todos os fins e efeitos legais. Por fim, anunciamos a posse da Senhora Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh como Conselheira titular e do Senhor Leonardo Barbosa Oliveira como Conselheiro suplente, ambos representantes da Secretaria de Governo Municipal. As posses estão acolhidas nesta data, considerando-se empossados e sejam muito bem-vindos. Quero nesse momento deixar a palavra para os Senhores Conselheiros empossados que queiram fazer o uso da palavra. Sejam bem-vindos nesse momento.

**(Não identificado)** - Bom dia a todos. Agradeço a indicação do nosso Secretário Eduardo de Castro, da nossa pasta e agradeço aos Conselheiros. Vamos ver se a gente consegue fazer um trabalho bacana aqui no CADES. Obrigado. Bom dia.

**Cons. Renan Ferreira Escobar** - Bom dia a todos. Capitão Escobar, Polícia Militar Ambiental, atualmente no comando da região leste de São Paulo com onze Subprefeituras, na região de onze Subprefeituras da capital mais o Alto Tietê, que não não faz parte do Conselho - só São Paulo. Já falando antes da reunião mesmo com o Ricardo Veigas, Secretário Adjunto, e falando do histórico, Senhor Ricardo Veigas, que foi nosso Coordenador de fiscalização ambiental pelo Estado e a gente falando que a gente tem que mudar, tem que atualizar. Um trabalho excelente que foi feito no passado não tão distante no Estado, que a gente colhe frutos hoje por conta de esforços não de uma só pessoa, de vários órgãos, entidades e da sociedade civil para que a gente fizesse um trabalho que hoje está muito bem estruturado no Estado e a gente espera

ver isso acontecer no Município e estamos aqui para trocar experiências e fazer essa participação acontecer, toda essa mudança também no Município de São Paulo acontecer, que aqui é um Município que a gente tem bastante trabalho e bastante vontade de fazer acontecer. Essa é a mensagem do Comando de Polícia Ambiental e da Polícia Militar.

**Cons. Leonardo Barbosa Oliveira** - Bom dia, meu nome é Leonardo, eu sou Conselheiro suplente pela Secretaria do Governo Municipal e o que eu espero junto com a Gabriela, que será a Conselheira titular na posição de representante da Secretaria de Governo, é que a gente possa conversar especialmente com vocês aqui, tanto o Governo quanto a sociedade civil, para tentar viabilizar e articular as políticas da área ambiental. Muito obrigado.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Peço uma salva de palmas para os Conselheiros empossados na manhã de hoje. Terceiro ponto do Expediente: inclusão de duas pautas. Primeiro tema: necessidade efetiva da implantação do PSA, Pagamento por Prestação de Serviços Ambientais, cujas diretrizes gerais estão fixadas no Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo pelo PDE instituído pela lei municipal 16.050, de 31 de julho de 2014. Informamos aos Conselheiros e Conselheiras presentes nesta plenária que foi criado o Grupo de Trabalho Inter secretarial a fim de tratar sobre o tema ora citado. Sendo certo esse Grupo de Trabalho, foi instituído pela Portaria da Secretaria do Governo Municipal nº 54, de 11 de abril de 2019, Portaria esta alterada pela Portaria SGM 238, de 12 de setembro de 2019, sob a Coordenação Geral da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, sendo certo que o presente tema será apresentado agora pelo Senhor Rodrigo Martins, Diretor do Departamento de Planejamento Ambiental - DEPLAN - da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. Antes de passarmos a palavra ao Senhor Rodrigo, esclarecemos aos presentes que após a fala do mesmo, já fica como recomendação da Mesa a criação de uma Comissão especial para fins de acompanhamento e sugestão da implantação do Pagamento por Prestação de Serviços Ambientais (PSA) e abriremos na sequência para inscrição de Conselheiros interessados em participar da citada Comissão. Por favor, o Senhor Rodrigo nesse momento com a palavra. Pode se dirigir e utilizar um dos microfones no final da Mesa.

**Rodrigo Martins (SVMA)** - Bom dia a todos e todas. Meu nome é Rodrigo Martins, estou como Diretor de Patrimônio Ambiental da Secretaria do Verde, que é vinculada à Coordenação de Planejamento Ambiental. Eu fui indicado como Coordenador desse Grupo de Trabalho Inter secretarial, que tem a missão de estabelecer uma minuta do Plano Municipal de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais. Esse plano ele está previsto no Plano Diretor Estratégico da cidade como um dos planos ambientais estratégicos do SAPAVEL, do Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres. A definição segundo o Plano Diretor Estratégico dos serviços ambientais elas são o benefício...serviços ambientais são benefícios que os ecossistemas prestam à humanidade, sendo classificados em serviços de provisão, serviços de suporte, serviços de regulação e serviços culturais e como receptor de Pagamento por Serviços Ambientais, é uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que mantém, restabelece ou recupera os ecossistemas no âmbito de programas específicos a serem definidos pela SVMA. Então essa é a definição que está já no Plano Diretor e é o que a gente vai adotar como base do Plano Municipal de Serviços Ambientais, que é, resumindo, do Plano Municipal de Conservação para Prestação de Serviços Ambientais. Esse Plano, o Plano Municipal de Conservação - o nome dele completo é Plano Municipal de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de

Serviços Ambientais. Para resumir durante a apresentação, a gente vai falar Plano Municipal de Serviços Ambientais e a sigla PMSA. Ele está previsto pelo artigo 285 do Plano Diretor da cidade - o Plano Municipal - e ele tem como instrumento o planejamento

e gestão de áreas prestadoras de serviços ambientais, abrangendo propriedades públicas e particulares. Ele tem alguns artigos no Plano Diretor que remete a ele, mas basicamente a estrutura dele é o diagnóstico da situação tanto da cidade como da questão no país, a avaliação de atividades de Pagamento por Serviços Ambientais e similares já realizados por outras instituições públicas ou privadas. Os objetivos, metas de curto, médio e longo prazo desse Plano, programas, projetos e investimentos necessários para alcançar objetivos e metas e também vai estabelecer critérios de valoração para aplicação do instrumento de Pagamento por Serviços Ambientais e, por fim, o último item constante desse Plano deverá ser mecanismos e procedimentos para a implantação, monitoramento e avaliação dos resultados. Por que que é importante a presença e a participação do CADES e a apresentação no CADES? Porque o Plano Diretor prevê que ele deverá ser submetido à aprovação do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que é o CADES. Por isso que é importante o acompanhamento e como foi colocado pelo Devair no início da apresentação, a formação de uma Comissão que poderá acompanhar como que será elaborada essa minuta que vai ser submetido aqui no plenário do CADES para ser aprovado ou indicado algumas correções. Basicamente a estrutura do Pagamento por Serviços Ambientais é a Prefeitura. Ela paga pela conservação a um proprietário, que pode ser pessoa física ou jurídica e esse proprietário ele tem um termo de firmamento para receber esse recurso, que pode ser outros tipos de facilidades que não seja necessariamente um recurso direto para a conservação dessas áreas que têm algum, algum elemento ambiental relevante, que presta algum serviço ambiental relevante para a cidade. É um benefício à sociedade. Esse é a estrutura desse Pagamento por Serviços Ambientais. O amparo legal dele. Ele está previsto anteriormente ao Plano Diretor. Já estava previsto na Política de Mudança do Clima no Município de São Paulo, que é uma lei de 2009. Então ela está dizendo que o Poder Público municipal deveria estabelecer a lei específica do mecanismo de Pagamento por Serviços Ambientais. Essa lei específica foi o Plano Diretor e o Plano Diretor já estabeleceu e agora o Plano Diretor ele solicita que seja criado esse Plano por meio de uma resolução do CADES à aprovação dele. No Plano Diretor, ele está dentro da ordenação territorial, instrumentos de política urbana e gestão ambiental. Tem uma subseção de Pagamentos por Serviços, por Prestação de Serviços Ambientais. A Prefeitura poderá aplicar.... Aí tem o artigo 158, que diz que a Prefeitura poderá aplicar conforme disposto na legislação federal, estadual e municipal pertinente. O Congresso ele está em andamento a votação de um PL também da Política Nacional para Pagamento de Serviços Ambientais, então é uma oportunidade para a cidade também estabelecer o seu Plano. E qual que são as atividades que o Plano Diretor... Ele prevê que sejam remuneradas. Seria a manutenção, recuperação e recomposição e enriquecimento de remanescentes florestais, recuperação de nascentes, matas ciliares e demais Áreas de Preservação Permanente, recuperação, recomposição e enriquecimento de Áreas de Reserva Legal, conversão da agricultura familiar convencional para agricultura orgânica, cessão de área para a soltura de animais silvestres mediante critérios a serem definidos pelos órgãos municipais. Esses são os cinco itens que deverá ser, nesse primeiro momento, foco de recebimento por serviços ambientais, que é o que está previsto no Plano Diretor. O Pagamento por Serviços Ambientais deverão ser implantados através de programas definidos pela SVMA. Os critérios de valoração a que se referem esses dois deste artigo deverão ser definidos em regramento próprio a ser editado por SVMA. Esse Plano ele já pode estabelecer esse regramento de Pagamento por Serviços Ambientais. Isso tudo

é do Plano Diretor Municipal, esses artigos que estão destacados aonde que se remete ao PMSA. A SVMA fica autorizada através do Fundo. O Plano Diretor ele previu que o recurso desse pagamento sairia do FEMA e deverá ser inferior a 10% e essas diretrizes deverão ser estabelecidas aqui no CADES. Essa Comissão de acompanhamento também poderá acompanhar como que isso será desenhado dentro desse Plano para ser submetido aqui ao CADES se vai ser mesmo os 10%, que é o mínimo que o Plano

Diretor exige do FEMA para o Pagamento por Serviços Ambientais. As diretrizes. O Plano Diretor diz que deverá estar no Plano Municipal de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais, por isso a importância desse Plano. O artigo 161 ele diz os requisitos gerais para a participação dos proprietários, que tem alguns critérios já estabelecidos em lei, então não precisa se debruçar muito sobre isso. O artigo 162 diz que o contrato deverá ser regulamentado por ato do Executivo. O artigo 163, que é a fiscalização e monitoramento, serão exercidos pela Secretaria do Verde e os resultados deverão ser apresentados anualmente ao CADES. É a importância desse Conselho, desse fórum, que anualmente vai acompanhar a evolução desse pagamento. O artigo 171 diz que cabe à Prefeitura garantir que os serviços ambientais... assistência. Então a Prefeitura deverá também fazer uma assistência jurídica, técnica, urbanística gratuita para os serviços ambientais e sociais prestados pelos agricultores familiares. Por isso que tem um outro Plano, que é o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, que prevê também o PSA como uma das atividades. A gente está caminhando junto com o Plano que está sendo desenvolvido pela Secretaria de Economia e Trabalho, que é uma das ações desse Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, é o PSA. Então estamos caminhando junto com esse Plano da outra Secretaria também. Só para dizer: o Polo de Desenvolvimento Econômico Rural Sustentável ele prevê a implantação do Pagamento por Serviços Ambientais. Essa atividade ela não é isolada na política da cidade de São Paulo, ela é uma interface entre outras Secretarias. O Polo de Desenvolvimento Econômico Rural Sustentável ele prevê a conservação de áreas prestadoras de serviços ambientais. Esse PMSA ele contribui para o Polo de Desenvolvimento Econômico Rural Sustentável. Também tem aqui para implementar esse Polo deverá ser implementado o instrumento para o Pagamento de Serviços Ambientais às propriedades rurais, então é mais um link com a Secretaria de Economia e Trabalho. Os serviços ambientais na Política Ambiental do Município. Ele tem aqui o inciso 3: proteção dos serviços ambientais prestados pelos ecossistemas, minimizar os impactos da urbanização sobre as áreas prestadoras de serviços ambientais. Então também está previsto na política e no SAPAVEL. O SAPAVEL, que é o Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres, onde tem diversos Planos integrados que vão ser apresentados hoje inclusive. Um deles é esse Plano de... diversas categorias, como prestadores de serviços ambientais, por isso que tem o PMSA. Já estamos chegando ao fim. Dentro do SAPAVEL, o artigo 265 ele diz que as áreas prestadoras de serviços ambientais é um conjunto, faz o conjunto dessas áreas protegidas, áreas verdes e espaços livres, então integra as áreas prestadoras também de serviços ambientais. O inciso 15 do artigo 268 diz que são diretrizes do SAPAVEL compensar os proprietários ou detentores de posse justa e de boa fé de áreas com ecossistemas, prestadores de serviços ambientais. Então está integrado dentro desse grande sistema que foi implantado pelo Plano Diretor, que é o Sistema de Áreas Verdes - que foi previsto pelo Plano Diretor, desculpe -, que é o Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres. O artigo 288 do SAPAVEL diz que como ação prioritária do SAPAVEL está a elaboração do PMSA. Por isso que está como uma demanda sendo colocado agora pela Secretaria. E também estruturar o cadastro de áreas prestadores de serviços ambientais. Isso pode ser encaminhado junto com a elaboração do PMSA. E no PMMA também está previsto o PSA. No PMMA, o §2º do artigo 287 do Plano

Diretor diz que o PMMA articula-se a todos os Planos municipais, dentre eles o PMSA, que é o Plano de Conservação, Recuperação Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais. A oportunidade para o PSA é que já tem o PL federal, que está sendo encaminhado. Já passou a votação na Câmara, se eu não me engano, agora vai para o Senado. Não? Enfim, mas já tem um PL, uma minuta de um PL no Congresso. A Fundação Florestal - Governo do Estado de São Paulo - já tem isso implantado em funcionamento o Pagamento por Serviços Ambientais, então não vai ser algo novo na Prefeitura e na cidade. É algo que já continua em outras instituições, outros âmbitos das unidades da Federação. Alguns Municípios também já possuem. Existe a possibilidade

de uma cooperação entre a Secretaria do Verde e a Fundação Florestal para estreitar a Metodologia e como que foi implantado o PSA no Estado. Há experiência de outras instituições privadas também. Tem algumas ONGs, algumas OSCIPs que estabelecem isso diretamente com alguns proprietários. Existe um termo de cooperação entre a Secretaria do Verde e a USP para a construção do SAPAVEL e apoio na elaboração de todos os Planos. O Ligue os Pontos, que é um projeto que está sendo coordenado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano ele está colaborando com apoio técnico também. A intenção da Prefeitura é estabelecer o primeiro PSA, a primeira versão desse Plano até o final deste ano, por isso que a gente está correndo no calendário e o GT Inter secretarial já está constituído, como foi lido no início da reunião. A gente prevê a lançar o primeiro edital do PSA da cidade de São Paulo no primeiro semestre de 2020. A sugestão ao CADES é constituir essa Comissão que acompanhará a elaboração do PMSA, com perspectiva de apresentação na reunião do CADES de dezembro. É isso. Muito obrigado. Desculpa aí se eu me alonguei. Dúvidas, estou à disposição. Obrigado.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Alguém tem alguma pergunta a fazer ao Rodrigo, por gentileza? Alguém poderia acender as luzes, por gentileza? Obrigado. Tem o seu Ângelo o primeiro inscrito. Ajuda a escrever, fazer inscrição aqui. Seu Ângelo, depois o Leonardo, Clodoaldo, Patrícia e o nosso amigo Marco Antônio Lacava e a Rosa. Vamos começar essa primeira rodada de perguntas ao nosso querido Rodrigo. Por gentileza, primeiro o Senhor Ângelo.

**Cons. Ângelo Iervolino** - Bom dia a todos. Ângelo Iervolino, Fórum para o Desenvolvimento na Zona Leste, Leste 2. Eu trabalhei até pouco tempo em uma Subprefeitura e eu queria saber qual a diferença do... Nós, da Subprefeitura, dávamos áreas para pessoa, tanta pessoa física ou jurídica, cuidar de praça, área verde, e no caso, toda a responsabilidade era da pessoa que estava solicitando a área, sem ajuda nenhuma do Poder Público. Mediante esse novo Plano aqui essas pessoas que fizeram esse compromisso público-privado, eles poderão requerer ajuda do Poder Público para estar cuidando da praça, área verde? Essa seria a primeira pergunta. Eu queria aproveitar, já que eu estou no coiso, o nosso colega Ivo Carlos Valério ainda se encontra internado lá no Hospital do Tatuapé. Já fazem setenta dias e a última notícia que eu tive que ele ainda estava necessitando de doadores de sangue. Obrigado.

**Rodrigo Martins (SVMA)** - Um bloco de três? Posso já.... Essa é rápido. Tem um artigo 171 do Plano Diretor ele prevê que a Prefeitura dê assistência gratuita para questões relacionadas a diversos pontos, tanto questões ambientais como sociais, inclusive a assessoria jurídica, técnica para que isso aconteça. Esse tipo de ação, a Prefeitura ajudar um proprietário ou alguma entidade a desenvolver esse tipo de atividade, tanto do PSA como outras atividades que estão incluídas no PLANPAVEL, que isso está sendo desenhado também, de gestão de áreas privadas, não necessariamente recebendo recursos. Está previsto, tem legislação para isso.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Eu gostaria que sempre quando for falar, utilizar o microfone para que a gente possa fazer a transcrição depois e o nome do Conselheiro.

**Rodrigo Martins (SVMA)** - O Senhor pode repetir a pergunta, porque parece que não foi esse o áudio.

**Cons. Ângelo Iervolino** - Eu perguntei o seguinte. A questão de uns dois anos veio uma ordem de cima lá da Prefeitura no qual toda Subprefeitura poderia ceder áreas verdes, praça ou mesmo terrenos públicos para pessoa física ou jurídica estar cuidando, só que pelo contrato eu mesmo não faria, porque a pessoa vai cuidar. Ela só tem

obrigação e ajuda nenhuma do Poder Público nesse contrato, nesse compromisso e eu queria saber se esse Plano vai substituir ou pode a pessoa que está tomando conta de uma praça, alguma coisa, estar requerendo auxílio para poder melhor prestar o serviço.

**Rodrigo Martins (SVMA)** - Como é área pública, existe um outro Plano, inclusive, que é o PLANPAVEL, que está discutindo isso, está desenhando isso. O PMSA pode ser que isso seja algum tipo de ação pensada também no PMSA, mas para isso a gente ainda não tem essa resposta agora. Não existe ainda uma proposta do PMSA, mas existe um outro Plano, que é o PLANPAVEL, discutindo espaços públicos e a gestão, como vai ser a gestão desses espaços. Eu acredito que não caberia no PMSA esse tipo de atividade, que é mais voltado a proprietários de áreas privadas, então acho que está respondido.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Com a palavra, o Conselho Clodoaldo.

**Cons. Clodoaldo Gomes Alencar Júnior** - Bom dia a todos e a todas. Clodoaldo, Secretaria Municipal de Educação. Primeiramente, parabenizar o Rodrigo pela apresentação. Enquanto representante da Secretaria Municipal de Educação e responsável pela educação ambiental, algumas dúvidas, que ajuda a pensar e a planejar 2020. A gente tem algumas unidades escolares que têm uma área grande, grande. Claro que a escala que a gente está falando é uma escala de escola e algumas a gente tem previsão ano que vem de trabalhar com sistema agroflorestal. As escolas têm espaço, querem manter e também trabalhar muito a questão de mata ciliar, recuperação de áreas de córrego, alguma coisa nesse sentido. Indiferente de qualquer coisa, isso vai ocorrer, é uma ação nossa da Secretaria de Educação, mas a ideia é o seguinte: será que uma unidade escolar ela pode ser uma área prestadora de serviço ambiental e tomadora de recursos? Nesse sentido, é possível isso? Que escala que nós estamos falando aqui, porque aí, por exemplo, existem escolas que ampliam o espaço escolar, as áreas que eles estão trabalhando junto com a praça, um pouco como o Conselheiro falou. Se isso é considerado ou não. Caso sim - não sei o que vai ser construído no Plano - se ela pode ser uma unidade tomadora sendo uma escola pública, mas ela tem autonomia, ela toma dinheiro. Se isso está previsto ou não, porque acho que é uma dúvida aqui na sua fala que surgiu e eu estou imaginando quem sabe planejar a médio prazo. Muito obrigado.

**Rodrigo Martins (SVMA)** - Da mesma forma que o Conselheiro Ângelo, como que se trata de áreas públicas, tem um outro Plano, que é o PLANPAVEL - vai ser apresentado hoje aqui também -, que vai discutir. É um Plano muito mais amplo que envolve essas áreas públicas e privadas que são áreas protegidas, áreas verdes e espaços livres. O PMSA ele pretende desenhar, como já está previsto no Plano Diretor, quais são esses

serviços ambientais. Alguns estão até escritos lá, como que isso vai ser valorado, por exemplo, mas o foco inicial é o pagamento e o recebedor seria, por exemplo, uma escola privada. No caso, uma pessoa jurídica privada poderia receber, mas eu não acredito que nesse primeiro momento a gente trabalharia com áreas públicas recebendo, mas sim pode ser que seja valorado o serviço ambiental dela, mas como já era pública, então esse tipo de mecanismo de recebimento eu não acredito que a gente vai conseguir desenhar até o fim deste ano, mas é possível que no próximo isso aconteça, depois que o PLANPAVEL estiver já aprovado.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Com a palavra, a Conselheira Patrícia.

**Cons. Patrícia Marra Sepe** - Bom dia a todos, meu nome é Patrícia. Inclusive, depois eu queria fazer um questionamento ou uma solicitação ao Devair. Nós não somos mais - houve uma reestruturação na Prefeitura de São Paulo -, não existe mais a Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento. Nós retornamos a ser a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, inclusive a gente está até com uma questão de problema de representação porque o outro Conselheiro era da Secretaria de Licenciamento, então são duas Secretarias distintas. A gente gostaria que isso fosse resolvido, até para ver como que fica a situação. Eu queria pontuar: a nossa Secretaria ela é a responsável pela política de ordenamento territorial da cidade. A coordenação da revisão do Plano em 2014 e em 2016 com a Lei de Uso foi de responsabilidade e ainda é da nossa Secretaria. A Secretaria ela tem um sistema de monitoramento do que foi implantado, o que está sendo implantado no contexto do Plano Diretor, então nos traz grande satisfação a gente ver que vários instrumentos que estão previstos desde 2014 agora começam a deslançar. A gente já teve o Plano Municipal de Mata Atlântica, uma super conquista, os dois Planos e em particular o Plano de Serviços Ambientais é uma coisa que nos dava muita angústia de ele ainda não ter sido começado a implantação. Ele já está previsto no Plano, lembrando que o Plano Diretor ele vai ser revisto daqui a dois anos, então a gente também tem um contexto de retrocesso da política ambiental no país. Eu não digo na cidade, mas eu digo em relação ao país, então a gente, enquanto Secretaria de ordenamento territorial, a gente tem muita preocupação de que coisas que a gente ganhou e garantiu no PDE de 2014 pudessem não estar porque a gente não conseguiu enquanto Poder Público implementar. Então a gente está super feliz. Gostaria de pontuar algumas questões. Essa Portaria Inter secretarial da Secretaria de Governo Municipal é entre o Verde e a nossa Secretaria, já que nós somos responsáveis pela implementação e acompanhamento dos instrumentos do Plano Diretor. O Rodrigo citou o projeto Ligue os Pontos. Nós somos da equipe de implementação desse projeto. Acho que ele já foi citado aqui algumas vezes. Ele é um projeto que conta com financiamento da fundação Bloomberg. Essa questão do PSA é muito cara ao Secretário Chucre e ao Secretário Adjunto Neto, tanto é que essas tratativas da própria Portaria Inter secretarial partiu do projeto, porque o projeto ele vai... Eu gostaria só de... ele está com a previsão de terminar em junho do ano que vem. A gente está em negociação com a Bloomberg para prolongar o projeto, porque o dinheiro ainda não foi totalmente gasto, e o que que a gente vê principalmente em relação aos agricultores. Se a gente não der incentivos, vai ser muito difícil a gente manter a atividade da agricultura na cidade, não só na Zona Sul como na Zona Leste, então a figura do PSA é fundamental. Só queria reiterar aqui que a Secretaria é parceira e, mais do que apoio técnico, nós estamos dando apoio financeiro à Secretaria do Verde através do projeto Ligue os Pontos. Ontem fechou um edital que foi construído entre nós e a equipe do Rodrigo para contratar uma consultoria que ajudaria a elaboração desse Plano, porque a gente está correndo contra o tempo. Fechou às 23:59. A gente está contando com seis empresas e instituições de pesquisa

que estão correndo para ajudar. Essa Comissão do CADES também contaria aí com, além do corpo técnico da Secretaria do Verde, nosso corpo técnico com uma empresa de consultoria para apoiar. Obrigada.

**Rodrigo Martins (SVMA)** - É isso. Bem colocado. Desculpe, é que na preparação acabei..., mas tem essa parceria que é muito importante, muito forte o apoio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano para que o PMSA seja entregue até dezembro.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Quero convidar o Conselheiro Marco Antônio Lacava para fazer o uso da palavra nesse momento.

**Cons. Marco Antônio Lacava** - Bom dia, meu nome é Marco Lacava. Eu gostaria de perguntar e, antes de mais nada, parabenizar a apresentação do Rodrigo pela forma muito técnica como foi feita a sua exposição com relação ao Pagamento dos Serviços Ambientais. Tramita na Câmara Municipal um PL - não me recordo o nome do Vereador proponente -, que trata do voluntário municipal cuidador dos parques e jardins. Eu faço a pergunta se seria interessante sugerir na condição de membro da Comissão de Urbanismo e Meio Ambiente da Câmara a participação desse voluntário no programa de Pagamento de Serviços Ambientais para esse tipo de servidor, que por enquanto é voluntário, mas que pode ser transformado num agente com muito mais interesse pela causa se houver por parte do Município uma compensação.

**Rodrigo Martins (SVMA)** - Como também envolve áreas públicas, que são os parques e as áreas verdes, eu acredito que cabe mais ao próximo Plano também, que vai ser apresentado, que é o PLANPAVEL, estabelecer como que vai ser essa entrada desse voluntário, mas isso nada impede que o PMSA ...a gente previu, por exemplo, a criação de um banco de voluntários que possam ajudar os proprietários a atingir as suas metas, então é possível caminhar, sim, dessa forma, indiretamente, até porque a gente não pode obrigar algum proprietário a receber determinada pessoa para o corpo técnico, mas sugerir, desde que tenha já essa legislação algum critério técnico desse pessoal voluntário, essa equipe voluntária, que poderá ficar à disposição dos proprietários para que eles atinjam a conservação dos serviços ecossistêmicos, que é o previsto pelo PMSA. Consegui responder?

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Convido à palavra neste momento a Conselheira Rosa.

**Cons. Rosa Ramos** - Bom dia. Eu na verdade me senti bastante contemplada com o complemento de esclarecimentos pela Patricia, informações que são extremamente relevantes para a conclusão da sua fala, da apresentação. Parabenizo também pela quantidade inclusive de termos jurídicos. Eu tentei aqui acompanhar um pouco. Na verdade, muitos artigos importantes das normas que acabam possibilitando a implantação do Pagamento por Serviços Ambientais e que decorrem na sua maioria do Plano Diretor que foi revisto há pouco tempo, mas me restou ainda para clarear um pouco mais aqui e tentar entender como é que isso vai ocorrer na prática, se a Secretaria de Urbanismo e a de Meio Ambiente já possuem um cadastro, um prévio cadastro dessas possíveis áreas que podem receber o Pagamento por Serviços Ambientais, porque sem isso, sem um dado estatístico, sem uma quantidade - você veja o Fundo de Meio Ambiente. Me pareceu na norma - muito rapidamente que eu vi - que serão somente 10% do Fundo destinado para esses pagamentos. Se a gente for analisar, é tão irrisório, tão insignificante que quanto isso vai abranger. A gente pode dizer que é nada. Dentro do tamanho de um Município como São Paulo falar que 10% do Fundo,

embora a lei prevê que os recursos podem ser advindos de outras áreas financeiras, mas se a gente partir desse princípio somente, eu acho que a gente vai dispensar uma energia que no final não vai ser concretizado. A gente precisa saber quais são os outros planos para isso, para isso acontecer na prática. Eu não sei nem se você consegue responder isso, mas fica aqui a minha a minha dúvida e a necessidade que tem que discutir sobre isso.

**Rodrigo Martins (SVMA)** - Bem, Rosa, muito obrigado pela colocação e nós temos, sim, uma perspectiva também inicial de não envolver muitas propriedades, até porque é o primeiro, é um piloto desse pagamento, então nós não pretendemos já abrir com muitas possibilidades. Alguma coisa mais focada. Existe um mapeamento que está sendo contratado também pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano, que isso pode ajudar no mapa de áreas, de produtores rurais da cidade e nisso a gente pode de alguma forma estabelecer um critério. Essa consultoria que a Patrícia mencionou, também ela já tem que ter uma certa expertise de Pagamento por Serviços Ambientais em outras regiões do Brasil e na Mata Atlântica e é focado no mapeamento. Esse mapeamento também vai estabelecer alguns critérios e a gente vai pegar - como é a primeira experiência - não ampliar muito, para que nós possamos na próxima versão desse Plano ver o que deu certo, o que deu errado e ir ampliando aos poucos, até porque o recurso

de 10%, como a Senhora colocou, não é algo muito efetivo. Se nessa primeira experiência nós conseguirmos atingir objetivos interessantes, isso pode ser um argumento para que se amplie na próxima versão, provavelmente no ano que vem.

**Cons. Patrícia Marra Sepe** - Quando foi proposto os 10%, até foi uma iniciativa que a gente negociou na Câmara quando estava lá. Era uma outra realidade do Fundo. A gente tinha um volume bastante significativo, mas eu acho que 10% ainda é um volume só para... A gente tinha feito um estudo à época, 10% representaria um dos maiores programas de Pagamento por Serviços Ambientais do Brasil. Nós temos um levantamento dos programas que já foram pagos muito por entidades particulares, Fundação Boticário e tudo, com a perspectiva lá em 2014 de 10% do que seria o saldo do Fundo, a gente se constituiria num dos maiores programas de Pagamento por Serviço Ambiental do país. Tudo bem que agora a situação é outra, mas acho que em escala continua sendo um programa bastante ambicioso e como o Rodrigo falou, como também é um teste e a gente está sob a luz da legislação federal, que vai implicar, sim, algumas alterações na forma de pagar.... Por exemplo, hoje pode se pagar áreas de APP e Reserva Legal. Já na legislação federal fala que isso é obrigação do proprietário, então a gente não poderia remunerar isso. Então tem alguns ajustes, mas eu acho que se a gente de fato conseguir que a Secretaria de Fazenda ao final a gente consiga mobilizar algum valor, eu acho que é significativo pelo histórico dos outros programas no país. Não só a Prefeitura, a Secretaria do Verde, mas os Conselheiros que aceitarem fazer parte da Comissão não vão trabalhar à toa não. Acho que a gente vai ter um belíssimo programa.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - A Mesa propõe nós fecharmos a fala na Cintia e depois a Sonia Hamburger, pode ser? Com a palavra, a Conselheira Cinthia.

**Cons. Cinthia Masumoto** - Bom dia a todos, Cinthia, do Ministério do Meio Ambiente. A Patrícia já adiantou a minha pergunta, então eu queria saber do Rodrigo como que vocês vão fazer em relação ao artigo 7º do Código Florestal que obriga os proprietários a fazerem a sua recuperação, sendo que um dos itens de serviço ambiental já previsto em legislação é a recuperação de APPs.

**Rodrigo Martins (SVMA)** - Uma das possibilidades - eu não posso antecipar o Plano, porque o Plano vai ser construído -, mas uma das possibilidades é isso: utilizar o recurso para recomposição, que pode ser um dos alvos as áreas que estão necessitando mais reparo, maior conservação de APP e Reserva Legal, então é uma possibilidade de ele receber esse recurso e com o compromisso de recompor, de cuidar. Pode ser. Eu não posso antecipar, porque isso é um trabalho que vai ser elaborado nesse Plano.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Com a palavra, a Conselheira Sonia Hamburger.

**Cons. Sonia Hamburger** - Bom dia para todos. Sonia, do Morro do Querosene, Oeste 1. Eu queria perguntar: nesse GT Inter secretarial, pelo que eu entendi são só duas Secretarias, SMDU e SVMA, é isso? E aí eu gostaria de entender se existe uma determinação já de qual é a responsabilidade de cada uma. Por exemplo, quem que está contratando essa consultoria? E quem está contratando? Imaginei que sim.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Eu só eu peço para todas as respostas a gente fazer usando do microfone para poder fazer a transcrição. Obrigado.

**Cons. Sonia Hamburger** - Considerando que a contratação da consultoria está vindo de SMDU, eu gostaria de entender de quem que é a responsabilidade pelo Plano e de quem será a responsabilidade, já -que o CADES vai acompanhar e vai aprovar. De quem será a responsabilidade desse fluxo financeiro, porque se vem do FEMA, passa

pelo CADES.... Deixa eu só complementar uma coisinha. Eu gostaria de pedir para a Mesa. A Comissão de Pauta havia feito uma recomendação para que fosse feito no início de cada reunião um pequeno relato de todas as Comissões e Câmaras Técnicas em atividade que tivessem tido alguma atividade entre uma reunião e outra e eu gostaria que isso fosse realmente estabelecido. Eu faço parte de três Comissões, contando com a da Pauta, então eu gostaria que fosse, antes da apresentação do PLANPAVEL, que a gente pudesse fazer essa pequena apresentação, porque inclusive esse andamento das Comissões e das atividades do CADES tem tudo a ver com esses Planos que estão sendo estabelecidos na cidade.

**Cons. Patrícia Marra Sepe** - É que a gente às vezes fala rápido para não tomar o tempo, mas é o seguinte. A responsabilidade de elaborar e coordenar o plano é da Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Isso está explícito. A gente Secretaria de Desenvolvimento Urbano está entrando como parceira pela questão de monitorar e acompanhar a implementação do Plano Diretor e além disso por ter o recurso que não é orçamentário, não vem do FEMA, não é do orçamento da Prefeitura. É um dinheiro da Fundação Bloomberg, uma fundação americana que está patrocinando um projeto de conversão de agricultura tradicional para agricultura orgânica na região sul da cidade. Nós abrimos um edital, foi público, ele foi divulgado no site da Prefeitura, ficou aberto. O edital, o TR, foi construído pelo Rodrigo, discutido com a nossa Secretaria até para adequar o dinheiro. O dinheiro não é público, entre aspas. Há uma Comissão de seleção para escolher a empresa formada por servidores do Verde e de Desenvolvimento Urbano e o acompanhamento e o pagamento dos produtos entregues, como exige a Fundação Bloomberg, será feito também por uma Comissão de servidores nomeados em Portaria. É óbvio que essa Comissão do CADES que vai se formada agora, ela vai ter todo o acesso - não só a Comissão, mas o CADES, todo mundo. Tem uma página lá de transparência do projeto. Todas as contratações estão colocadas lá. A gente acabou de conversar com a Magali também. A gente está tentando fazer um projeto para fazer um diagnóstico da qualidade das águas lá na bacia Billings e Guarapiranga

para a questão dos agrotóxicos com recursos da Fundação Bloomberg.

**Rodrigo Martins (SVMA)** - Não sei se foi tudo contemplado, mas é isso. A Coordenação... a gente tem um GT, que vai ter a primeira reunião hoje, inclusive, dessa nova configuração desse GT. A gente à tarde vai se reunir para apresentar esse cronograma de entrega do Plano, é Inter secretarial, porque a Secretaria de Desenvolvimento Urbano está coordenando esse recurso da Bloomberg que vem para o Ligue os Pontos, mas o papel principal é do CADES. Não adianta nada a Secretaria apresentar e o CADES não aprovar. Se o CADES não aprovar, esse Plano não terá validade nenhuma. Isso está previsto no Plano Diretor, então é importante que essa Comissão seja formada e acompanhe para que a gente consiga ter a maior transparência possível, mas a coordenação é da Secretaria do Verde. Muito obrigado.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Diante do exposto pelo nosso Diretor Rodrigo Martins, quais dos Conselheiros e Conselheiras têm interesse em compor a Comissão especial para fins de acompanhamento e sugestão da implantação do Pagamento por Prestação de Serviços Ambientais - PSA - a ser criado neste momento. Por favor, manifestem os presentes levantando as mãos a fim de facilitar a contagem dos interessados que se tornarão os novos membros dessa Comissão.

**Cons. Ângelo Iervolino** - Eu...

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Eu gostaria que a gente pudesse manter nesse momento manter a questão da formação da Comissão, Senhor Ângelo, depois a gente passa a palavra, porque senão a gente vai se perder um pouquinho. Continua com as mãos levantadas só para ela poder anotar aqui.

**Cons. Ângelo Iervolino** - É a respeito disso, porque novamente vou me ausentar; então, em vez de colocar o meu nome, colocar o nome da Senhora Delaine Romano, que vai me substituir nas próximas reuniões.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Então fica criada nesse momento a Comissão especial para fins de acompanhamento e sugestão de implantação do Pagamento por Prestação por Serviços Ambientais - PSA. Quero agradecer ao Senhor Rodrigo pela explanação de hoje. Muito obrigado. Uma salva de palmas para o Senhor Rodrigo. Segundo tema de inclusão de pauta: necessidade de regulamentação do Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FEMA -, no artigo 290 do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, da Lei nº 16.050 de 2014 e das disposições dos capítulos 5º da seção 2 do capítulo 6º da Lei nº 14.887, de 15/1 de 2009. Diante do dispositivo no parágrafo único do artigo 290 do Plano Diretor Estratégico, o CONFEMA e o CADES deverão participar da elaboração da proposta de revisão dessa regulamentação. Assim, em virtude dessas informações, uma Comissão especial do CONFEMA para fins de estudo e regulamentação do Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FEMA - ora mencionado em cumprimento ao disposto no arcabouço legal do já citado. Só para poder simplificar. O FEMA, ele está com uma Comissão e está abrindo para o CADES municipal representantes para trabalhar em uma Comissão mista no CONFEMA. O Diretor Cláudio, neste momento, vai fazer o uso da palavra.

**Cláudio do Nascimento (SVMA)** - Bom dia a todos. O que vai acontecer é o seguinte: para a gente poder colocar essa legislação em vigor, e atendendo ao Plano Diretor, irá ser criada aqui uma Comissão e essa Comissão também irá trabalhar junto com uma Comissão que nós vamos abrir no CONFEMA. Então eles vão trabalhar em conjunto.

Não vai ter uma Comissão no CADES e uma no CONFEMA. Vai ser uma única Comissão. As pessoas que se indicarem aqui vão fazer parte junto com os que se colocarem a indicação no CONFEMA e aí vamos elaborar isso e passar. A aprovação ela será pelo CONFEMA, por isso que o Devair acabou colocando aí. Isso, no parágrafo único do PDL diz que terá participação, então é para esse sentido.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Neste momento, os Conselheiros que tiverem interesse de compor essa Comissão especial do CONFEMA, manifestem-se levantando as mãos para fim de facilitar a contagem dos interessados que se tornarão membros da nova Comissão. Senhor Alessandro Azzoni, Patrícia, William, Sonia Hamburger, Tamires...

**Cons. Sonia Hamburger** - Uma dúvida. Sonia, Oeste 1. A Comissão no CONFEMA não foi criada ainda. Tá Ok, obrigada.

**Cláudio do Nascimento (SVMA)** - Desculpa, não foi ainda. Será criada.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - A reunião do CONFEMA ela será sexta-feira. Então vai ser criada nessa reunião do CONFEMA. O Conselheiro Azzoni quer fazer uso da palavra?

**Cons. Alessandro Azzoni** - Azzoni, da Associação Comercial. Só lembrando que a sociedade civil também tem que participar um pouco mais intensamente nas Comissões, por favor. Senão, não fica paritário. Eu acho que seria interessante a gente estar mais atuante, depois não adianta reclamar da participação, que nós não temos participação, só isso.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Como nós temos quórum neste momento, nós vamos voltar ao primeiro ponto do Expediente, que é a discussão e

votação da Ata da 214ª reunião plenária ordinária do CADES. Os Senhores Conselheiros e Senhoras Conselheiras presentes nessa reunião, alguma observação, alguma correção ou manifestação a respeito da Ata da 214ª reunião plenária ordinária? Coloco neste momento para aprovação. Senhores Conselheiros que concordam com a votação, permaneçam como estão. Coloco também para aprovação da Ata 214ª reunião plenária ordinária do CADES. Os Conselheiros... que foi aprovada por unanimidade. Quarto ponto do Expediente: informes. Estamos no ponto 4. Realização do Fórum da macrorregião Norte dos Conselheiros e Conselheiras do meio ambiente na sede da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, no dia 12 de setembro do corrente ano, que vai ocorrer das 19 às 21 horas. O Fórum teve como objetivo promover a integração entre os Conselheiros e Conselheiras de meio ambiente da macrorregião Norte e a Secretaria para discutir os programas em desenvolvimento pela Secretaria. Realização na data de hoje, dia 26 de setembro, das 19 às 20 horas da macrorregional Centro-Oeste dos Conselheiros e Conselheiras de meio ambiente, na sede da Secretaria do Verde e Meio Ambiente das 19 às 20 horas. O Fórum terá como objetivo promover a integração da Secretaria e os Conselheiros da macrorregional Centro-Oeste. Seguimos reunião plenária com a apresentação do informe do status dos andamentos das reuniões periódicas das Câmaras Técnicas e das Comissões especiais. Lembramos que as Câmaras Técnicas e Comissões especiais são órgãos colegiados constituídos por membros do CADES mediante adesão voluntária, criados para o estudo e avaliação de assuntos que, pela sua importância, merece um estudo aprofundado específico nos termos do artigo 22, 23, 24 e 25 do Regimento Interno, resolução 140 CADES de 2001. Assim, agora passamos para a palavra os representantes da Câmara Técnica e das

Comissões das respectivas Câmaras Técnicas.

**Cons. Alessandro Azzoni** - Azzoni, da Associação Comercial. Eu sou Presidente de algumas Câmaras Técnicas e de umas Comissões Especiais. Trazer informes das Comissões onde vocês têm direito, têm a cadeira para participar em momento em que a Câmara não fechou pauta, não fechou decisão, fica muito irrelevante, porque os temas não foram definidos. O que está em discussão todos já sabem, porque isso é uma Comissão Especial para discussão da resolução 179. Se nós não fechamos temas, não tem que ser apresentado a coisa aqui. Só no final da Comissão que nós vamos apresentar um relatório e vocês vão estar para sabendo. Tudo que se discutir nas Câmaras Técnicas sem uma conclusão, fica completamente inviável trazer uma discussão aqui para fazer uma apresentação dos relatos, sendo que vocês têm cadeira lá, então todos os procedimentos que estão ocorrendo dentro das Câmaras Técnicas e das Comissões Especiais, elas são abertas para os Conselheiros e outra: está em discussão. Então não temos nada fundamentado com ponto de falar "olha, nós estamos discutindo isso, chegamos nesse ponto, estamos indo para essa análise" porque tudo se muda, tudo depende de análise tanto dos Departamentos técnicos da própria Secretaria como da própria Comissão e da própria Câmara Técnica. Só isso o meu ponto de vista.

**Tamires Carla de Oliveira (SVMA)** - Tamires, CGPABI. Eu concordo com isso, mas acho que tem algumas Comissões que têm atualizações, com a nossa, do acompanhamento, que o nome é Acompanhamento da Concessão, e a gente tem acho que algumas coisas para falar que acho que são importantes de a gente colocar isso. Inclusive a gente definiu na própria Comissão que ia falar no CADES. Acho que poderia assim... como acho que tem Comissão que ainda está em andamento, Câmara que tem coisa que não precisam falar, tudo bem, não fala, mas acho que foi definido na Comissão se coloca e tudo bem. Quem tem coisa para falar, fala, quem não tem não fala. Acho que é mais fácil assim. E como foi colocado, sempre como informe no começo da reunião, precisa ser uma coisa bem rápida, só para dar... Uma das coisas que a gente colocou até ontem foi que a gente tem intenção de mudar o nome da Comissão, porque o caminho que está sendo tomado ele é diferente do que foi proposto lá atrás, então acho que isso é uma coisa importante até para a gente não ser cobrado de coisas, para a gente poder dar sempre a devolutiva para o Conselho. Eu já terminei, vamos lá.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Com a palavra, a Conselheira Sonia Hamburger.

**Cons. Sonia Hamburger** - Sonia, Morro do Querosene, Oeste 1. Eu discordo da posição do Azzoni, porque a intenção da Câmara Técnica de Pauta ao indicar esse pequeno relato, porque é um relato de 3 minutos de cada Câmara Técnica ou Comissão, é porque são muitas Câmaras Técnicas e cada vez mais Comissões. Para o Conselheiro acompanhar qual é o desenvolvimento dos trabalhos, a proposta da Câmara Técnica de Pauta não é que seja feito um relato de decisões, é que seja feito um informe do status. Quer dizer, a Comissão se reuniu, não se reuniu. É muito importante que os Conselheiros tenham o conhecimento do desenvolvimento de cada Comissão e de cada Câmara Técnica. São muitas. Senão a gente vai perder o fio. Eu, por exemplo, faço parte de três. Na Comissão de Acompanhamento da 179, eu não pude ir nas últimas reuniões, inclusive porque foram marcadas super em cima da hora e para mim saber aqui, todos os Conselheiros saibam que a Comissão está se reunindo, porque havia uma urgência nessa resolução 179 que está se colocando como impossível de ser estabelecida uma urgência de uma alteração tão radical e numa situação do clima e do meio ambiente que a gente sabe que é extremamente importante e está na pauta do dia

do mundo. A gente está vendo que a situação é mais complexa do que estava se imaginando que era, por isso que a Comissão da resolução 179 está se estendendo e no meu ponto de vista, teria que se tornar um Grupo de Trabalho que pudesse estudar com mais profundidade essa resolução e, com ela, outras Portarias que se interajam com essa resolução. São coisas que precisam ser faladas aqui. Com relação à Comissão - já vou fazer um relato de como está a Comissão de Acompanhamento de Concessões, que iniciou com um propósito e acabou se voltando para o Plano Diretor das áreas verdes e dos parques e nesse sentido a gente está propondo que, com estudos e conversando com os técnicos de SVMA no sentido de estabelecer procedimentos em um arcabouço legal para os Planos Diretores dos parques e áreas verdes e a gente ouvindo agora o relato do Plano Diretor Estratégico e dos Planos que estão estabelecidos a partir do Plano Diretor Estratégico, a gente percebe que os Planos Diretores das áreas verdes e dos parques precisam de um arcabouço legal que faça essa interface com o Plano - eu vou só mais um pouquinho, por favor - com o PLANPAVEL e com o SAPAVEL. Aproveitando essa reunião que vai ser apresentado o PLANPAVEL, a gente está ressaltando a importância da preservação dos parques e áreas verdes e o espaço que esse Departamento ocupa em SVMA. Nossa proposta é que o CADES passe a fazer diretamente o acompanhamento e autorizações das ações nessas áreas e que isso possa ser regulamentado ou a partir do PLANPAVEL ou a partir de alguma legislação específica.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Com a palavra, o Senhor Conselheiro Alessandro Azzoni.

**Cons. Alessandro Azzoni** - Respondendo a questão da Comissão Especial da 179, eu discordo plenamente, porque as datas das reuniões são prefixadas na própria reunião. Elas são antecipadas e pelo menos ela tem no mínimo dez dias de antecipação, até quinze dias. Nós temos um cronograma de apresentação e a evolução dela, ela só está se estendendo por causa do caráter do debate técnico e jurídico que nós estamos tendo dentro dela. É só por esse motivo. A profundidade do tema está sendo discutida de uma forma tão intensa pelo cuidado que nós estamos tendo inclusive na forma não só simplesmente analisando de forma superficial. Existe participação de outras Secretarias, inclusive até do próprio Governo do Estado através da CETESB, que está nos auxiliando na questão da reformulação dessa, para não haver conflitos na 179. O tema está sendo discutido de uma forma muito mais profunda do que nós imaginávamos, por isso que nós estamos tardando a sua discussão. Se fosse uma forma mais simples, ela já estaria aprovada.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Com a palavra, a Conselheira Andréa Franklin.

**Cons. Andréa Franklin** - É só para falar um pouco também em relação a essa Câmara da resolução, da qual eu faço parte. O que você falou, Sonia, em relação a ter um grupo que possa discutir esse conteúdo, na verdade esse grupo já é o nosso grupo. Não vejo necessidade de se criar a partir disso um outro grupo que vá esticar, porque uma vez que a gente estude bem, ainda que atrase algumas semanas, talvez um mês, a ideia é que saia um material consistente que tenha a participação do Estado, do Município, de todas as áreas e a gente tem se reunido muito. A dificuldade de se reunir é justamente porque muitas vezes talvez você não possa ter participado da reunião justamente por fazer parte de muitas Câmaras. Quando a gente entra também em muitas e aí você não consegue se dividir, a gente precisa priorizar. Essa Câmara mesmo nós tentamos fazer uma reunião, marcamos e desmarcamos diversas vezes na semana e é um esforço hercúleo de todo mundo para estar lá: da Vivian, que teve que voltar do recesso médico

e já ir para a reunião, eu que estou em outras Câmaras também tenho que ficar me desdobrando lá para estar... porque é um esforço. A gente sabe que se não se debruçar um pouco, não vai sair. Concordo que a gente precisa falar, dar esse feedback rapidamente. Acabou estendendo muito porque ficou no mesmo tema, mas dar esse feedback rapidamente nas reuniões do CADES, Ok. Agora, saber o que está sendo discutido é estar lá para a gente poder avançar, senão nós vamos atrasar em vez de um mês, mais dois. A gente não vai conseguir nem votar na próxima. Acho que vai ficar para outra ainda.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Com a palavra, a Conselheira Vivian e depois Sonia Hamburger.

**Cons. Vivian Marrani** - Bom dia a todos. Vivian, da SIMA/CETESB. Com relação a 179, a gente está tendo... de fato a discussão extrapola até o nível da Comissão, porque dentro da Diretoria de Impacto, eles também estão trabalhando numa linha de corte. Essa linha de corte vai refletir na resolução do CONSEMA e evidentemente na nossa, então eu espero que os Conselheiros tenham paciência, porque a gente, além de discutir no âmbito da nossa Comissão, nós dependemos de outros colegas lá da Diretoria de Controle, da Diretoria de Impacto e também ouvir posteriormente o Anselmo, no CONSEMA. De qualquer forma, a responsabilidade é muito grande nessa resolução que está sendo traçada junto com a Prefeitura. Só o último informe que eu tenho: estamos tentando verificar se há possibilidade de um convite para a nossa reunião de amanhã. Eu convidei a Célia Poeta, que fez parte de toda a linha de corte. Hoje em dia não dá mais para a gente contar com o Mauro, que foi o redator da resolução CONSEMA, porque ele mudou de área, foi para a sala de cenários lá dentro da CETESB e aí fica difícil para ele participar, mas eu tento de qualquer forma trazer os colegas para a nossa discussão, mas depende - veja bem - quando a Diretoria de Impacto fala para a gente "olha, eu estou estabelecendo uma nova linha de corte", essa linha de corte vai refletir na nossa resolução. À medida que eles não vão licenciar mais, eles modificarão a resolução CONSEMA e a resolução CONSEMA vai refletir na nossa. Espero um pouquinho de paciência dos Senhores para esse retorno do Estado.

**Cláudio do Nascimento (SVMA)** - Cláudio, Secretário Executivo do CONFEMA. Dentro dos informes, eu queria dar o conhecimento a todos que estão abertas as inscrições para as ONGs, OSCIPs, associações para ter assento junto ao CONFEMA. Vai ser substituído as entidades que estão lá hoje e está aberta as inscrições e eu vou estar mandando para todos por e-mail o que tem lá para se fazer as inscrições para futura eleição dos membros.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - A Mesa propõe nós fecharmos essa rodada agora na fala do Conselheiro José Ramos. Por favor, com a palavra, o Conselheiro José Ramos. Depois do José Ramos, a gente volta para a Sonia Hamburger.

**Cons. José Ramos** - É sobre a questão da Câmara da 179. Eu tenho provocado muito os participantes tanto dos órgãos públicos como também da sociedade, visto que nós somos vítimas de um dos conceitos que está dentro da 179, que é instalação de terminais logísticos de caminhões e garagem de ônibus. Essa ação tem sido de intensa discussão dentro da própria gestão ambiental e também principalmente junto à nossa comunidade. Quando eu falo nossa comunidade, vocês imaginarem um terminal de cargas que existe de fato e ele está do lado de vinte e dois prédios com habitação de 6 mil pessoas a questão de 50 metros. Eu tive a sorte esta semana de receber um doutorado da Universidade de São Paulo, da Faculdade de Medicina, sobre um assunto

que vai diretamente ao fato de nós estarmos debaixo de dióxido de carbono puro, que foi um trabalho realizado pela Doutora Diane Rad, do Setor de Endocrinologia do Hospital das Clínicas de São Paulo com relação à infertilidade provocada por essa exposição de diária, que mais de 6 mil famílias estão expostas no Terminal de Cargas Fernão Dias. Quando eu vejo na resolução 179 que se pode aprovar através de um EVA, de um Estudo de Viabilidade Ambiental, a possibilidade de você estruturar 50 mil metros quadrados de instalação de caminhões do lado, no setor urbano, e ainda sobre outra informação também: que se um terreno que tiver do lado de um setor urbano que tenha 200 mil metros, essa pessoa pode - o brasileiro infelizmente às vezes acontece esse tipo de coisa - criar consórcios de 50 mil metros e houve uma discussão muito interessante na própria Câmara de se criar então uma área de 49.500 metros justamente para fugir do EIA-RIMA e vim cair no tal do Estudo de Viabilidade Ambiental, apesar que a Secretaria do Verde também está atento a esse tipo de coisa. Aí o que acontece: você tem uma mesa dividida em dez pedacinhos de 49.500, eu ponho aqui 150 mil caminhões. De fato - e o Azzoni tem um pouco de razão - porque nós estamos numa intensidade grande lá e aí todos nós preocupados com essa resolução. E foi exatamente a gente que provocou - e com ajuda do Presidente Ricardo - de instalar essa Câmara e de fato ela é extremamente responsável pela vida, porque a gente, no meu ver, como ambiental, eu não posso conceber um estacionamento de caminhões ou a própria garagem de ônibus, que não troca absolutamente nada com o entorno, e especialmente dentro de um espaço urbano. Acho que a Câmara de fato ela tem que ter um tempo adequado para discutir tudo isso, que é muito importante.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Com a palavra, a Conselheira Sonia Hamburger.

**Cons. Sonia Hamburger** - Eu queria só me desculpar, caso eu tenha sido mal-entendida na minha fala, porque eu acho que absolutamente essa Comissão é uma Comissão com alto poder técnico, por isso que ficou tão claro a complexidade da questão e por isso que está se estendendo a discussão e se aprofundando a discussão. Eu parabeno a todos, inclusive eu não tenho essa qualidade técnica. Quando eu participo, eu participo mais de ouvinte e de provocadora do que com relação a contribuições técnicas. Eu só estou chamando a atenção de que é importante a discussão. A responsabilidade atualmente do CADES é uma responsabilidade grande e eu acho que a gente assumir essa responsabilidade é ter informação. Trazer a informação para os outros Conselheiros que não estão participando dessa discussão é importante, mesmo que não seja conclusiva. Outro ponto que eu acho dessa resolução 179 que a gente chamou a atenção, que foi das garagens subterrâneas, apareceu agora PDIPI, no Plano Diretor do Parque Ibirapuera. As coisas realmente se intersectam e a gente aqui como Conselho é importante que traga. Obrigada.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - A Mesa informa o Regimento Interno do CADES, seção 2 das reuniões das Câmaras Técnicas, artigo 29, parágrafo 2. As reuniões serão convocadas com antecedência mínima de 24 horas com a designação do local, data, hora e do objeto da reunião. Às vezes, por alguma eventualidade, a gente tem que chamar um pouco em cima utilizando desse artigo, mas existe um cronograma das reuniões para que todos os Conselheiros possam se adequar em um calendário para que se possa adequar às reuniões. Neste momento agora, vamos passar para a primeira Ordem do dia: as apresentações. A apresentação do andamento do Plano Municipal de Áreas Protegidas e Áreas Verdes e Espaços Livres - PLANPAVEL. Quero convidar a Senhora Hélia Maria Bárbara Pereira, Diretora da Divisão de Estudos Ambientais e Planejamento Ambiental - DEAPT -, da Secretaria Municipal do Verde e

Meio Ambiental. A Senhora Hélia Maria Bárbara Pereira, arquiteta e urbanista, pós-graduada em Gestão Ambiental pela Faculdade da Saúde Pública da Universidade de São Paulo, em Geoprocessamento pelo Centro Universitário Senac. É Diretora da Divisão de Estudos Ambientais, Planejamento Territorial da Coordenação de Planejamento Territorial - DEAPT-CPA. É uma das Coordenadoras do Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres - PLANPAVEL. Por gentileza.

**Hélia Maria Pereira (SVMA)** - Obrigada pela oportunidade de apresentar o desenvolvimento da formulação desse Plano. Aqui a gente tem o roteirinho de apresentação. Não se assustem. A gente vai procurar abordar rapidamente. A gente tem a inserção do sistema no Plano Diretor Estratégico, do sistema e do Plano, Plano Diretor Estratégico, um breve relatório das atividades realizadas, o plano de trabalho preliminar, o documento base para a elaboração do Plano, o diagnóstico, que nós estamos formulando, a constituição do GT Inter secretarial para formular o Plano e o cronograma de trabalho. Como o Rodrigo já mencionou, o Sistema Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres ele foi estabelecido pelo Plano Diretor Estratégico e é constituído pelo conjunto de áreas enquadradas nas diversas categorias de áreas protegidas pela legislação ambiental, Terras Indígenas, áreas prestadores de serviços ambientais, as diversas tipologias de parques, logradouros públicos, espaços vegetados e espaços não ocupados pela edificação coberta de propriedade pública ou particular e compete ao Executivo organizar esse sistema. No âmbito do sistema, foi prevista a formulação do Plano, do respectivo Plano, e ele tem o objetivo de definir uma política de provisão e de gestão de áreas verdes, espaços livres públicos e de uma política de proteção do patrimônio ambiental inserido no Município. Ele também faz parte - a formulação desse Plano - faz parte do Programa de Metas. Ele já fazia parte do Programa de Metas 2017/2020 e agora na reformulação do Programa de Metas 2019/2020, ele consta como objetivo estratégico 30: dar sustentabilidade ambiental à cidade como iniciativa 30-m. Os componentes do sistema, que também é estabelecido pelo Plano Diretor, são as áreas públicas, áreas privadas, Terras Indígenas, sendo que das áreas públicas estão as Unidades de Conservação de Proteção Integral, os parques naturais, parques urbanos e lineares, todas as tipologias de parques, os espaços livres de áreas verdes, logradouros públicos, praça, via, viela, de espaço livre e área verde de instituições públicas, assim como foi mencionado que as escolas, posto de saúde e outras áreas de outros equipamentos públicos sociais, as Áreas de Preservação Permanente e os espaços livres originários de parcelamento do solo. Daí a gente tem as áreas privadas, incluindo as Unidades de Conservação Ambiental constituída pelas - aqui no nosso caso - APAs, RPPN, as APPs em imóvel particular, espaço livre e área verde em instituição privada e clubes de campo, clubes esportivos sociais, os cemitérios particulares - aqui no caso da área pública estão os cemitérios públicos - sítios, chácaras, propriedade agrícola e as Terras Indígenas já homologadas e aquelas delimitadas pela FUNAI em análise pelo Ministério. No âmbito do sistema, foi estabelecida na articulação como ação prioritária do sistema a elaboração desses quatro Planos que a gente acaba chamando de os quatro planos verdes, que o precursor deles foi o Plano Municipal da Mata Atlântica, que foi aprovado pelo CADES no final de 2017 e lançado no início de 2018. Agora está em elaboração o Plano de Conservação e Recuperação das Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais, como o Rodrigo falou, o Plano Municipal de Arborização Urbana, que a Priscila vai apresentar logo mais, e esse Plano aqui, que é o PLANPAVEL. Um breve histórico aqui das atividades realizadas. Só retomando um pouco em relação aos Planos, o Plano Municipal da Mata Atlântica, que ele foi o precursor deles, ele traz uma referência superimportante para a formulação dos demais Planos. Ele mapeou todos os remanescentes de Mata Atlântica do Município. Nisso, a gente precisa ter as estratégias tanto aqui pelo PLANPAVEL

quanto pelo Plano de Serviços Ambientais, de Arborização Urbana, naturalmente, para a preservação e para a implementação daquilo que foi estabelecido como plano de ação desse PMMA. O histórico das atividades realizadas.... Aqui a gente tem o histórico que não é de agora. Ele já antecede o próprio Plano Diretor de 2014. O PDE de 2002 ele tinha um sistema, estabeleceu um sistema de áreas verdes. Não era tão amplo quanto o sistema atual, mas foi constituído na época. Em 2009, um GT para regulamentar esse sistema de áreas verdes que estava no PDE de 2002 e depois foi elaborado um documento consolidando o trabalho desse GT e com recomendações, diretrizes para elaborar o Plano de Áreas Verdes, daí veio a reformulação do Plano Diretor de 2014, ampliou bastante o sistema, porque antes era um sistema só de áreas verdes, aí incluiu áreas protegidas, incluiu espaços livres. Aqui, as ações que nós já fizemos para a elaboração do Plano. Desde 2015, nós já fizemos uma oficina para alinhamento da produção desses quatro Planos verdes. Depois, em 2016, nós fizemos o ciclo de debates com técnicos da Administração e da universidade para uma discussão conceitual, mais conceitual, sobre os componentes do sistema. Depois nós elaboramos um plano de trabalho em 2017, um plano de trabalho preliminar para formular o PLANPAVEL, elaboramos também um documento em 2018, setembro, elaboramos um documento base preliminar e, em outubro de 2018, nós fizemos uma oficina com o Instituto de Energia e Ambiente para dar início a uma cooperação técnica entre SVMA e esse Instituto da USP para formular não somente esse Plano, mas também o Plano Municipal de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais e, em novembro de 2018, nós constituímos um GT da Secretaria do Verde para planejar e organizar as atividades para elaborar o Plano, considerando que ele tem um escopo, um conteúdo muito grande, muito denso. Nós fizemos primeiro uma primeira fase e foi publicado o resultado dos trabalhos desse GT no Diário Oficial em fevereiro... Desculpa, aqui antes disso, antes de fevereiro foi publicado no Diário Oficial o termo de cooperação técnica entre SVMA e o Instituto de Energia e Ambiente da USP, e, em fevereiro, foi concluído os trabalhos do GT e foi elaborado o relatório de atividades, acompanhando dois documentos anexos: um que é o documento base e o outro que é um plano de trabalho revisado para a formulação do Plano. Depois, em março de 2019, nós fizemos uma oficina para definir um instrumental de pesquisa nos parques municipais e também foi constituída uma Comissão Especial do CADES de acompanhamento e contribuição para elaboração do Plano. Em abril, logo no início de abril de 2019, foi feita a primeira reunião dessa Comissão Especial do CADES e, posteriormente, nós aguardamos a constituição de um Grupo de Trabalho Inter secretarial, que acabou sendo constituído somente em agosto, mas enquanto isso a gente continuou dando andamento aos trabalhos. Passando um pouquinho aqui pelo plano de trabalho preliminar, nós temos três etapas para a formulação do Plano: uma de caracterização, a definição de estratégia de implementação e monitoramento e a consolidação e edição do material. A etapa 1 se refere à caracterização geral e prevê a realização dessas atividades, a elaboração de um diagnóstico, a definição de diretrizes, objetivos e metas e a definição de ações prioritárias. Nós estamos trabalhando nessa etapa aqui de elaboração de diagnóstico. Então, é uma análise da situação atual, uma articulação com os diversos planos

setoriais que a gente tem na cidade, a elaboração dessa pesquisa amostral nos parques municipais e a realização de um workshop, que na realidade está prevista a realização do Congresso Municipal, Congresso de Áreas Verdes em novembro. Então, esse workshop, o conteúdo que seria trabalhado nesse workshop acabou sendo absorvido como uma mesa no Congresso de Áreas Verdes, que vai ser realizado em novembro. A gente tem ainda na definição das diretrizes a definição de objetivos específicos tanto para as tipologias, de objetivos e diretrizes para as diferentes tipologias do sistema e a definição de metas e a identificação de áreas prioritárias para a aplicação de

instrumentos urbanísticos e ambientais visando a ampliação, conservação e a recuperação das diferentes tipologias do sistema. A etapa 2, que é a definição de estratégias e ações de implementação, monitoramento e avaliação, é constituída por uma parte de indicação das fontes de recurso, é uma questão fundamental para se pensar na implementação do Plano. Teria a identificação de fontes de recurso, compensações, fundos de parques, ICMS ecológico, transferência do direito de construir, o Pagamento de Serviços Ambientais, a indicação de áreas prioritárias para a aplicação de recursos - fundamental isso. O Plano, naturalmente, ele precisa ter metas, precisa ter recurso previsto para cumprir essas metas. A gente tem aqui nessa parte da definição de modelos de gestão a definição de diretrizes dos planos de gestão para cada tipologia do sistema, identificação de boas práticas para subsidiar manuais de manutenção, a definição de diretrizes e critérios para concessões, a identificação das partes interessadas - os atores desse processo - e a definição de indicadores de desempenho e parâmetros de avaliação e o monitoramento da implementação do Plano e dos resultados. Voltando a terceira parte, que é a consolidação de todo material, consulta pública, divulgação, apresentação no CADES. Esse Plano também deve ser submetido à aprovação do CADES. A gente tem aqui inicialmente a edição preliminar do Plano, a confecção dos mapas, a elaboração do material de divulgação, a realização da consulta pública, a avaliação das contribuições que serão recebidas e a realização de uma reunião pública com a devolutiva desse processo. Daí a consolidação do Plano, aprovação no CADES, a edição e publicação do Plano. Ele é constituído por essas etapas. Aqui passando um pouco pelo documento base, que ele trata de princípios, trata de um conteúdo mínimo processo de elaboração do Plano. Na parte referente a esse documento base, ele traz orientações básicas para a etapa 1 do processo de formulação do Plano e, como eu já mencionei, contempla a definição de princípios, a elaboração de diagnósticos, o processo participativo. Em relação aos princípios, ele tem todos esses princípios considerados para formular o Plano: a função social da cidade, o direito à cidade, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, gestão democrática, cidade resiliente, cidade saudável, cidade educadora, que a gente considera também primordial essa abordagem e fazer uma boa aproximação, considerando que esse tema ele é um espaço para que essa cidade educadora aconteça. Ele está inserido em relação aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Ele se insere particularmente na ODS 11: cidades e comunidades sustentáveis, que até 2030 pretende proporcionar acesso universal a espaços públicos seguros, inclusive os acessíveis e verdes, particularmente para mulheres, crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência. Pode ser bastante ousado perseguir essa meta, mas a gente persegue ela, sim. O conteúdo mínimo para a elaboração do Plano ele já foi estabelecido pelo próprio Plano Diretor no artigo 284, definição de tipologias áreas verdes, espaços livres, a criação de novas categorias de parques e áreas verdes, a análise e enquadramento dos parques existentes e propostos, inclusive reenquadramento, porque a gente, enquanto tipologia de parques, nós temos os parques naturais, parques urbanos, parques lineares. Muitos deles, até os próprios Administradores de parque já solicitaram “ah, o meu parque ele tem uma característica de parque linear e não de parque urbano” e assim a gente precisa fazer essa avaliação. As prioridades territoriais para implantação das Unidades de Conservação, áreas verdes e espaços públicos, as metas de implantação no território, o conjunto de indicadores de planejamento e gestão e o mecanismo de monitoramento, os recursos financeiros, adequação do tratamento da vegetação enquanto elemento integrador na composição da paisagem, as formas de disponibilização das informações, inclusive os mapas e bancos de dados, não somente para o Poder Público, mas para toda a sociedade, para os cidadãos, e as formas de gestão participativa. No documento base, ele também traz uma referência em relação à questão conceitual. Tem a definição de área protegida como área geograficamente

destinada ou regulamentada e administrada para alcançar objetivos específicos de conservação; áreas verdes como um conjunto de áreas interurbanas de cobertura vegetal arbórea nativa introduzida, arbustiva rasteira e que desempenhem uma função ecológica, paisagística e recreativa para a melhoria da qualidade estética, e ambiental da cidade; e espaço Livre todo espaço ocupado por um volume edificado, independentemente do seu uso e acessível às pessoas qualificado por sua condição de não confinamento. Fazendo uma imagem, o espaço livre ele seria o mais abrangente. Daí a gente, dentro dos espaços livres, a gente tem as áreas verdes e dentro desse conjunto de espaços livres e áreas verdes, a gente tem algumas áreas que são protegidas, assim como os parques naturais, como Unidades de Conservação. Só que essa definição conceitual ela está na pauta para discussão no âmbito do GT. Isso e o Plano ele deve trazer uma definição conceitual constituída por esse Grupo de Trabalho. Aqui também do conteúdo mínimo. A gente tem uma abordagem em relação à estrutura e estratégias, ao sistema de informações, à gestão do sistema, aos recursos para viabilização do sistema e aos indicadores e mecanismos de monitoramento. São questões fundamentais para serem tratadas no âmbito do.... No processo de elaboração, como eu já mencionei, nós tivemos esse GT da SVMA e depois a Constituição do GT Inter secretarial, que foi publicado por uma Portaria da Secretaria do Governo Municipal em agosto 2019. Em relação ao Termo de Cooperação Técnica com o Instituto de Energia e Ambiente da USP e a SVMA, a proposta é de que haja um intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências entre o Poder Público e a Universidade, a colaboração para a formulação dos dois Planos e a intensificação da troca de informações técnico-científicas, que o objetivo maior é mesmo a proposição de políticas públicas sustentáveis. A oportunidade, também, do desenvolvimento de tecnologias inovadoras e a promoção da governança ambiental por meio do fortalecimento de diálogo, tendo essa aproximação entre universidade e Poder Executivo. Em relação ao diagnóstico que nós estamos elaborando, a abordagem que está sendo dada, a gente está centrando muitos esforços na questão dos projetos correlatos, que são muitos projetos que têm interferência com esse sistema aqui na cidade. A gente também viu que, pela abrangência do Plano, seria importante a gente ter um estudo piloto em alguma área da cidade e nós acabamos optando pela Subprefeitura, pelo território da Subprefeitura de São Mateus, porque além de ele reunir a complexidade toda do território, ele também tem como ação, está delimitado pelo Plano Municipal da Mata Atlântica, um corredor ecológico que se constitui em uma das ações prioritárias do Plano de Ação do PMMA. E aí a pesquisa sobre os parques municipais também. Só para ter ideia em relação a projetos correlatos, a gente está fazendo um estudo sobre os Projetos de Intervenção Urbana, os PIUs - são diversos na cidade. A gente tem aqui a abrangência dos PIUs na cidade. E ele tem uma interface sobretudo em relação ao programa de intervenções desses Projetos de Intervenção Urbana; então, ele essa abrangência maior aqui com todos esses PIUs. Tem uma abrangência em quase que 10% do território do Município. Essas pipoquinhas que estão espalhadas aqui é uma proposição de PIUs de terminais de ônibus. A gente está observando os objetivos desses PIUs, o programa de intervenções, as tipologias de áreas verdes e espaços públicos existentes e propostos no âmbito dos PIUs, a quantificação das áreas verdes existentes e propostas e a viabilidade de recursos financeiros para implementação desses PIUs. E a abrangência bastante grande - são diversas tipologias novas que alguns deles trazem. Outro estudo importante é em relação aos planos regionais das Subprefeituras que foram estabelecidos por um

Decreto em final de 2016. Eles trazem um perímetro. Cada um dos Planos de cada Subprefeitura traz um perímetro de ação por macrorregião e por Subprefeitura. A gente está procurando extrair desses planos regionais, ainda que eles sejam bastante

genéricos, se sobreponham em relação a proposição, a gente está buscando extrair quais são as diretrizes que se articulam com o SAPAVEL. Para vocês terem uma ideia, essa daqui é a abrangência de todos esses perímetros de ação propostos por esses Planos regionais das Subprefeituras. Aqui em relação ao território de São Mateus, a gente está aplicando aqui nesse território essa parte aqui da elaboração do diagnóstico, análise da situação atual, os planos setoriais, a elaboração da pesquisa amostral para compreensão da organização atual do sistema aqui na Subprefeitura, a articulação entre Planos e ações em andamento, inclusive agora também o Governo teve a iniciativa de fazer o plano de ação de cada Subprefeitura e isso está sendo coordenado pela Secretaria Municipal das Subprefeituras e pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano por um Departamento, que é o PLANURB de lá. Nós estamos trabalhando também de modo articulado. Teve a primeira reunião a semana passada e a gente está buscando articular essas ações. E a orientação, a ideia que orientar a definição de critérios de análise e a proposição de estratégias nesse estudo piloto. Daí, destacando uma questão bastante importante, que é a pesquisa dos parques municipais - não sei se vocês tiveram conhecimento. A semana passada foi lançada essa pesquisa. O objetivo é conhecer o perfil e a opinião dos frequentadores, dos Administradores, dos membros dos Conselhos Gestores dos Parques Municipais, conhecer as formas como a comunidade utiliza os parques, identificar as principais dificuldades relacionadas à gestão dos parques e levantar dados e informações para a proposição de indicadores socioambientais. O público é esse. Com essa pesquisa, os frequentadores, Administradores e Conselhos Gestores e o universo da pesquisa é nos 107 parques existentes. No público frequentador, são trinta questões. Então, está relacionado à frequência, acesso da atividade, avaliação que o frequentador faz em relação a acesso, em relação à segurança, infraestrutura, comunicação visual, manutenção e limpeza, conservação da vegetação, córregos lá, os corpos hídricos, monitoria e o atendimento oferecido nos parques, a percepção sobre os problemas encontrados nos parques e também sobre os benefícios encontrados nos parques, inclusive em relação aos serviços ambientais, e as informações pessoais constituindo o perfil do frequentador. Só para vocês terem conhecimento, também divulgando, porque é importante. Aqui na página da Secretaria do Verde tem esse link para essa pesquisa. Daí entrando nesse link - a gente já tá com a página aberta aqui - vai chegar... daí, entrando no link... e aqui tem o link para acesso ao formulário eletrônico para responder a pesquisa. Clicando lá naquele link, aparece já o formulário e, daí sim, a pessoa vai respondendo. Acho que já foram respondidas, acho que, até ontem, se não me falha a memória, eu acho que tinha 1.700 respostas. A gente está divulgando, porque nós tivemos, pelo trabalho da Assessoria de Comunicação da Secretaria - que a gente parabeniza pela colaboração - acabaram conseguindo uma matéria na Globo, no jornal local, no SPTV, e logo após ter sido feita essa matéria, nós estávamos com dezoito respostas subiu para 690 duas horas depois de ter..... É superimportante, fundamental. Daí, ontem, a gente avaliando as respostas, nós vimos que ainda a prioridade, com todo esse universo, a gente considera que de fato é um sucesso, mas que ainda merece mesmo muito mais divulgação e também é um esforço da própria Assessoria de Comunicação divulgar nos jornais, nos locais de bairros e tal, é que a maioria das respostas ainda está centrada no eixo centro-oeste. A gente tem pouquíssimas respostas nos parques periféricos. É superimportante que a gente tenha conhecimento da opinião dos frequentadores desses parques, porque é uma questão que a gente tem que enfrentar e que a gente fala o tempo todo na formulação do Plano é o enfrentamento da questão da desigualdade socioespacial aqui na cidade e a gente considera que pode ter um avanço em relação a superar, pelo menos ter um tratamento em relação a essa questão da desigualdade. Por favor, nós contamos com a colaboração de vocês para divulgar e para divulgar também nas áreas periféricas, assim como for possível o acesso. A pesquisa vai estar disponível até 15 de

outubro - um mês. Também já está sendo formulada pesquisa com os Administradores dos parques e com os Conselhos Gestores. A pesquisa já foi encaminhada, é um pouco diferente, é específica. Depois da criação do GT Inter secretarial, nós já fizemos três reuniões, nós estamos fazendo reuniões quinzenais com um Grupo de Trabalho Inter secretarial e também, dada a abrangência, o conteúdo do Plano, nós dividimos esse GT em subgrupos. Um para tratar das áreas protegidas, outro para a discussão de conceitos e tipologias, outro para gestão e governança, para legislação, projetos correlatos, que são esses que eu mencionei. O processo participativo é fundamental, tanto a questão do processo participativo para a elaboração do Plano, quanto para prever o processo participativo, depois para implementação do Plano e a comunicação e a publicação do Plano. Para cada um desses subgrupos tem um coordenador e um relator. No próximo dia 30 nós teremos uma reunião desse GT para a apresentação dos trabalhos, do resultado dos trabalhos até então desenvolvidos pelos subgrupos. Só entrando aqui na última parte, que é a projeção dos eventos - aqui o cronograma de trabalho. Nós previmos a realização de algumas oficinas técnicas específicas e oficinas técnicas macrorregionais. As oficinas técnicas macrorregionais serão realizadas nas cinco macrorregiões agora em outubro. Já foram convidadas todas as Subprefeituras. Acho que creio que hoje deve estar sendo encaminhado convite para as Secretarias - Secretaria de Educação, Secretaria de Cultura, Secretaria de Infraestrutura Urbana e outras Secretarias para participação nessas oficinas. Tem a agenda aqui, que vai de 2 de outubro até 31 de outubro, e posteriormente novembro nós vamos realizar as oficinas técnicas participativas, daí com a participação da sociedade, da população, e, posteriormente, dar andamento na divulgação de consulta pública e a consolidação do Plano. Esse daqui é o cronograma de trabalho. A apresentação vai estar disponível, vocês podem..., a gente está aqui no mês de setembro com uma série de atividades realizadas e ainda com muito por realizar. Obrigada.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) (Coordenador Geral)** – Agradecemos à Hélia Maria Santa Bárbara Pereira pela apresentação. Vamos fazer a segunda apresentação, porque a gente percebe que uma coisa está conectada à outra, aí fica mais fácil para depois a gente abrir os blocos de perguntas. Eu convido nesse momento a Senhora Priscila Martins Cerqueira, Diretora da Divisão de Arborização Urbana da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, engenheira agrônoma, pós-graduada em Tecnologias Ambientais e Gestão de Projetos. Dez anos de experiência na gestão de parques urbanos, atuando no acompanhamento de serviços técnicos de manejo. Participante da elaboração do Manual Técnico de Arborização Urbana e Manual Técnico de Poda. Atualmente Diretora da Divisão de Arborização Urbana e Coordenadora do Grupo de Trabalho do Plano de Arborização Urbana. Por gentileza, Senhora Priscila, a apresentação.

**Priscila Cerqueira (SVMA)** - Bom dia a todos. A exemplo do Plano Municipal que a Hélia apresentou, o PLANPAVEL, nós também fizemos um Grupo de Trabalho interno na Secretaria para tentar fazer uma geral sobre a situação da arborização urbana no Município, elaborar algumas diretrizes e partir para o Grupo Inter secretarial. A apresentação de hoje é para contar para vocês o que foi o trabalho preliminar desse Grupo interno da Secretaria e apresentar também a proposta do que a gente vai fazer até junho do ano que vem, que é a elaboração efetiva do Plano. O Plano Municipal de Arborização Urbana está previsto no PDE, como já foi falado pela manhã pelo Rodrigo e pela Hélia, no artigo 265, como uma ação prioritária no artigo 288 - elaborar o plano Municipal de Arborização Urbana e está prevista também no Programa de Metas como iniciativa 30-D. O artigo 286 do PDE traz o conteúdo mínimo que precisa ter no Plano Municipal de Arborização Urbana: inventário quantitativo e qualitativo, diagnóstico da

vegetação por Sub e indicação de ordem de prioridades, identificação das áreas e logradouros passíveis de receber a vegetação arbórea, classificar e indicar espécies ou conjunto de espécies mais adequadas ao plantio, objetivo de metas de curto, médio e longo prazo para prover a cidade com a cobertura arbórea, implantação de um sistema de informações para ter dados de plantio e manejo da arborização urbana e um programa de educação ambiental. O grupo vai trabalhar agora nesse conteúdo mínimo e, claro, prever mais algumas inovações. Esse Grupo de Trabalho interno na Secretaria, nós fizemos reuniões de maio até agosto e fizemos um levantamento de todo o material já existente sobre estudos, arborização. Fizemos uma análise da situação atual e elaboramos algumas diretrizes para o Grupo Inter secretarial, que inicia as reuniões amanhã. Essas são as temáticas que o grupo trabalhou. Tinha integrantes do CGPABI, das diversas divisões, da Coordenadoria de Planejamento Ambiental, UMAPAZ, Fiscalização e o pessoal aqui do CGC. Fizemos várias discussões nessas reuniões de maio até agosto, tentando se debruçar sobre o diagnóstico que já tinha sido feito em 2015 pelo Grupo de Arborização Urbana e, em 2018, GTMA. Analisamos o fluxograma de toda a gestão da arborização, que eu vou mostrar aqui mais para a frente. O mapeamento digital da vegetação, que está saindo, o mapeamento de calçadas feito pela SP Urbanismo, participação social, qual é a situação da fiscalização, do licenciamento e as áreas patrimoniadas. Também fizemos um estudo sobre a metodologia do MIT e analisamos alguns planos de arborização de outras cidades. Dentro do diagnóstico que já foi feito em 2015 e 2018, ele já tem uma revisão de legislação, quais são os sistemas que são utilizados atualmente, um mapeamento de árvores, um levantamento de informações também da Defesa Civil relacionada ao índice de queda de árvores, quais são as Secretarias que atuam na gestão de arborização. Também um levantamento de demandas de manejo e plantio, já que a gente tem um elevado índice de SAC para ser atendido - é uma das maiores reclamações da população. O fluxograma que envolve toda a análise referente à arborização urbana e a sistematização do plantio e das mudas arbóreas. Dentro desse diagnóstico que a gente levantou, agora eu vou repassar rapidamente alguns dados que são importantes. Nós temos o mapeamento de árvores localizadas no viário em 2015, que já está disponível no GEO SAMPA - são esses pontinhos verdes. Dessa arborização de viário, dos dados de 2015 são aproximadamente 652 mil árvores e aqui tem o total por Subprefeitura. Essa área que está separada em vermelho aqui é área considerada patrimônio ambiental pelo Decreto Estadual, então dessas 652 mil, 43,4% está considerada patrimônio. Com relação ao atendimento ao munícipe. Aqui são as Subprefeituras. O que está em azul é a quantidade de árvores, que é aquela tabela anterior que eu mostrei, e aqui a quantidade de SAC aberto que a população está pedindo vistoria nessas árvores. Tem algumas discrepâncias para a gente estudar. Por exemplo aqui tem muito mais SAC do que árvore. Em alguns outros casos tem muitas árvores e poucos SAC. Esses dados da Defesa Civil que nós obtivemos com eles, de 2016/2017, é a quantidade de atendimentos que eles fazem em relação aos assuntos. Árvore é o campeão. E aqui o fluxo com relação à vistoria técnica de árvore. A partir do momento que o munícipe solicita por uma dessas entradas aqui, é feita a vistoria, uma autorização no âmbito da Sub. Se a árvore é considerada patrimônio vai para os órgãos para também obter a autorização. Na hora da operação, ainda tem todos esses órgãos envolvidos. Tem a publicação no Diário Oficial, que é uma exigência, até que seja feita a execução. Esse aqui é o fluxo simplificado e nós fizemos todo o detalhamento dele para ver o porquê que a gente tem tanta demora em cada uma dessas etapas aqui. Não vamos detalhar, mas é só para mostrar que mapeamos todas as caixinhas por onde o processo passa para tentar identificar onde estão os gargalos. O grupo precisa agora se debruçar e fazer uma proposta de Plano que a gestão da organização seja efetiva. Com relação à legislação, um levantamento de todas as leis, Portarias e Decretos que

tratam de arborização no Município. E o que nós temos de dado agora para ir daqui para frente. Tem o mapeamento da vegetação, que está saindo do forno, né, Vivian? Dos 1.527 quilômetros quadrados de área do Município, 48% é vegetação. Esse mapeamento trouxe também a classificação da vegetação nessas quinze categorias e

das quinze, para o Plano de Arborização Urbana são importantes para a gente: a de bosques urbanos, baixa cobertura arbórea, média e alta cobertura arbórea e vegetação herbácea e arbustiva, além dos maciços florestais homogêneos, que são as grandes áreas que tem eucalipto e Pinus, especialmente na região Sul. Silvicultura, que a legislação atual não prevê um caminho de corte dessa vegetação e os proprietários têm sempre nos procurado para pedir uma solução. Também recebemos os dados de mapeamento de calçadas, que a gente vai utilizar agora, uma vez que o regramento atual a largura mínima da calçada para plantio de árvores é um 1,90 metro, que está no Manual Técnico de Arborização. Vamos utilizar esse mapeamento que a SP Urbanismo fez para a gente tentar ver quantos por cento de calçada a gente tem que pode ser arborizado. Com relação à participação social, fizemos um levantamento também dos Conselhos CADES que estão ativos - os regionais -, quais são os Conselhos Gestores de parques, Unidades de Conservação e estamos fazendo também um levantamento dos coletivos, associações e as ONGs que estão atuando nas cidades tanto com arborização urbana quanto com as áreas verdes, uma vez que a gente está trabalhando em paralelo com os Planos. O licenciamento. A gente tentou levantar como é que está a autorização de manejo por conta de obras, tem essa legislação vigente, como é que funcionam os projetos de compensação, a cota ambiental e constatamos que, infelizmente, o PMMA ainda não está sendo utilizado como uma base, como um critério. Com relação a patrimônio ambiental, também fizemos um levantamento, como é que a atuação dos Conselhos e alguns tópicos para a gente discutir no grupo também, que essa visão do tombamento ela não ainda não é uma visão ecológica, ela está muito relacionada com aspectos paisagísticos e histórico e muitos órgãos aqui dizem para a gente "ah, a vegetação arbórea já é tombada pelo Decreto Estadual", mas como eu mostrei para vocês ela é regionalizada e aí a gente precisa pensar essa questão do exótico e do nativo. Algumas áreas são tombadas que têm um conjunto arbóreo de espécies exóticas e o órgão de tombamento nos exige que seja substituído pela exótica. Nossa legislação é nativa, então tem esse conflito também para a gente discutir. Aqui um resumo, considerando o ciclo de desenvolvimento da árvore desde o plantio e as ações que são feitas com ela. Então o plantio, a manutenção, tem o licenciamento e a fiscalização das árvores que estão localizadas interna dos lotes e das árvores que estão localizadas na calçada. Como é que é a atuação da Secretaria e da Subprefeitura em cada uma dessas ações aqui. Vou deixar a apresentação disponível depois. Elaboramos um relatório final, que tem o documento base e o plano de trabalho. Foi publicado no Diário Oficial no dia 3 de setembro nas páginas 27 a 29. O Conselheiro que gostaria de consultar. E o que que tem lá nesse relatório final? Todos os trabalhos que nós desenvolvemos e os temas que foram discutidos - eu apresentei só o resumo aqui - os produtos que nós realizamos, que são esses aqui e algumas conclusões e recomendações. Além disso, nós fizemos uma reunião e convidamos esses atores para participar e essa apresentação que estamos fazendo aqui, fizemos para eles também. Estava o pessoal do IPT, do Instituto Biológico, da ESALQ, Instituto de Biociências, a Sociedade Brasileira de Arborização Urbana, o Ministério Público, Controladoria Geral do Município por conta do alto índice de SAC que nós temos e o jurídico da Secretaria. Fizemos a apresentação e posteriormente deixamos um questionário disponível para que eles avaliassem e fizessem recomendações também do que precisa estar previsto no Plano. Como sugestão do primeiro grupo da Secretaria, fazer o Grupo de Trabalho Inter secretarial, que está em fase de publicação da Portaria e vamos fazer a primeira

reunião amanhã. Ele está composto por técnicos da Secretaria do Verde, das Subprefeituras e também do Serviço Funerário - os cemitérios é a segunda maior área verde do Município - da Segurança Urbana e da Defesa Civil, Desenvolvimento Urbano, pessoal da AMLURB e deixamos em aberto também, se houver necessidade, convidar outras Secretarias para participar da discussão. O documento base trouxe algumas diretrizes e as temáticas, temáticas mínimas que o grupo precisa discutir para atender aquele conteúdo mínimo do artigo do PDE. O prazo de vigência do Plano está sendo proposto como vinte anos, com revisão a cada cinco. A abrangência, não só área urbana, apesar de ele dizer Plano Municipal de Arborização Urbana, a abrangência também precisa ser rural por conta dessas áreas da silvicultura e até a ligação com o PMMA e o PSA. Essas temáticas que a gente já passou aqui, que são importantes do grupo se debruçar. Estamos propondo também uma cooperação técnica com a ESALQ - está em fase de análise - e estamos sugerindo também a formação de uma Comissão aqui no âmbito do CADES para acompanhamento dos trabalhos do Plano. O plano de trabalho são três etapas. A gente está fazendo em paralelo com o PLANPAVEL, seguindo o mesmo modelo, mas estamos nessa fase. A gente está com um pouquinho de atraso aqui por conta da publicação do Grupo Inter secretarial, mas estamos aqui nessa fase de discussão e proposta do conteúdo dos subgrupos do Grupo Inter secretarial e estão previstas oficinas técnicas agora para outubro, oficinas participativas com a população em novembro e a finalização em junho de 2020. Aqui o nosso contato. Muito obrigada.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Nós vamos abrir a palavra agora aos Conselheiros para as duas apresentações - da Hélia e da Priscila. Primeiro inscrito: Senhor Ângelo. Pode perguntar, Senhor Ângelo.

**Cons. Ângelo Iervolino** - Ângelo, da SAL, Leste 2. Primeira pergunta para a Hélia. Ela quando citou São Mateus, ela falou dos corredores ecológicos. Eu queria saber se também nesse Plano a criação do Parque Cabeceira do Aricanduva também está inserido. E para a Priscila, uns anos atrás, quando foi lançado o Manual de Arborização pela Secretaria do Verde, eu já tinha levantado esse assunto. A questão é que hoje até é incentivo de se dar mudas para a pessoa plantar. Aí a pessoa planta, mas depois vê que aquela muda não poderia ser plantado lá, porque a raiz é agressiva e há solicitação de podas. Essa questão de solicitação de poda hoje na Subprefeitura, acho que referente à arborização, deve ser a campeã e a maioria das Subprefeituras está com déficit de engenheiro agrônomo que possa fazer esse acompanhamento. Outra questão que foi falado da questão da calçada - 1,90 metro, que é muito importante, que hoje a gente vê em rua que tem uma árvore, um cadeirante não consegue passar porque a árvore está atrapalhando. E outra questão seria do plantio do lado da rua onde tem a fiação, que o corte e a fiação não é muito alta. Depende da árvore, já começa a atingir os fios, aí toda hora o pessoal está solicitando que faça a poda. Eu queria parabenizar as duas pela apresentação, que é um assunto muito importante para a cidade.

**Hélia Bárbara Pereira (SVMA)** - Então, Ângelo. Está previsto, sim, já no Plano Diretor a implementação do Parque Natural Municipal Cabeceiras do Aricanduva e ele está em desenvolvimento, inclusive está sendo utilizado recursos do Fundo Municipal de Saneamento e Infraestrutura Ambiental. Ele está em desenvolvimento, sim. É o FMSAI.

**Priscila Cerqueira (SVMA)** - Senhor Ângelo, justamente esses pontos que o Senhor colocou está naquela lista de temáticas que o Plano vai precisar estudar e propor uma solução. Com relação as calçadas, às vezes a calçada nem tem 1,90 metro, mas já tem uma árvore ali que impede a passagem. A gente vai ter que pensar soluções criativas para a cidade que não tem calçada com 1,90 metro. E com relação ao alto índice de

solicitação de poda também, está relacionado com aquele desenho que eu coloquei, com toda aquela complexidade que o pedido tem que caminhar por várias caixinhas. A gente vai ter que pensar uma solução. A gente tem a expectativa positiva de que o Plano consiga propor uma solução boa para a cidade.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Com a palavra, conselheira Gabriela.

**Cons. Gabriela Chabbouh** - Hélia, prazer, Gabriela, da Secretaria de Governo

Municipal. Você citou a elaboração dos planos de ação das Subprefeituras, vocês previram algum encaminhamento de material para o pessoal das Subprefeituras e do pessoal do Desenvolvimento Urbano, que está mais envolvido na condução desse processo para subsidiar esse trabalho? Eu acho que a gente pode aproveitar esse momento de integração entre as Secretarias de trocar algumas dessas figurinhas. A gente tem uma disseminação de planos setoriais, o que é muito importante para o planejamento da cidade, mas aí quando você vai pensar o planejamento territorial, regional, você acaba tendo uma desconexão dele com os planos setoriais. É muito importante essa integração desse planejamento.

**Hélia Bárbara Pereira (SVMA)** - Nós estamos centrando todos os esforços para articular os Planos, tanto com o Plano Municipal de Arborização Urbana. Inclusive essas oficinas que a Priscila também mencionou que vão ser realizadas em outubro e novembro são as mesmas. As oficinas técnicas vão ser o dia inteiro, uma parte a gente utiliza para fazer - do dia - para o Plano PLANPAVEL e a outra para o Plano de Arborização Urbana. Em relação ao plano de ação, sim. Tem um representante inclusive do Departamento do PLANURB que integra esse Grupo de Trabalho Inter secretarial. Nós estamos conversando. Teve a primeira reunião a semana passada. A Solange, que está aqui, que também é uma das coordenadoras do PLANPAVEL participou dessa reunião e a gente está fazendo essa aproximação e vamos ver tudo que for possível articular, tanto em relação a material, à disponibilização de dados e informações para se chegar a alguma definição que seja importante para o território.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Com a palavra, Conselheiro Marco Antônio Lacava.

**Cons. Marco Antônio Lacava** - Bom dia, boa tarde. Eu gostaria de questionar a respeito não das áreas protegidas ou dos projetos de arborização, mas a respeito das áreas que estão sendo destruídas. Se existe algum planejamento por parte desses Departamentos com relação ao que se constatou, e eu particularmente acompanhei uma Comissão de Vereadores que foram até a Subprefeitura de Parelheiros, aonde existe um desmatamento extraordinário ocorrendo naquela região ao entorno da Represa. Nós constatamos, através da Comissão das Chuvas e Enchentes, de Prevenção de Chuvas e Enchentes, com a companhia de alguns Vereadores, uma verdadeira de devastação ocorrendo, profundas alterações inclusive atrelada a alterações climáticas provocando as enchentes na capital, uma vez que essas devastações, verdadeiras devastações praticadas com equipamentos e máquinas, tratores de 15 de esteira com condições até de difícil acesso para chegar aonde eles chegam para destruir a mata ciliar da represa e de algumas circunstâncias que foram constatadas in loco, fotografada pela TV Câmara e isso preocupou muito, porque em razão desse desmatamento é que vem se observando a ocorrência de chuvas intensas, convectivas, causando danos imediatos nas regiões aonde, na capital, são atingidas essas chuvas e esse estudo está sendo feito na Comissão de Prevenção de Enchentes

na Câmara Municipal e a gente vê um trabalho tão maravilhoso desenvolvido por vocês que apresentaram com tanta propriedade. Com relação às áreas protegidas, porém, existem umas áreas enormemente sendo devastadas e aí o cumprimento até a posse do Conselheiro da Zona Leste, Comandante da Zona Leste da Polícia Militar Ambiental, que poderia até nos ajudar a esclarecer essa questão que é preocupante, porque é uma das maiores causas das chuvas convectivas causando inundações imediatas e danos à população não só materiais como também perda de vidas humanas. O Plano não contempla as áreas devastadas. Vocês não observaram essa questão do que está ocorrendo, que muito mais importante do que plantar é evitar que se destrua e eu gostaria de saber se há, de alguma forma, alguma ação nesse sentido do que nós constatamos lá na Subprefeitura de Parelheiros. Inclusive quando perguntei o Subprefeito por que razão aquilo estava ocorrendo daquela forma, com tanta intensidade naquela Subprefeitura, ele me respondeu e eu me surpreendi. Isso é fruto de esquentamento de dinheiro da subversão, subversão que criminosos estão adquirindo posses para lotear não para pobre, loteamento com lotes de 1.000, 1.500 metros quadrados para mansões ao entorno do reservatório e nada, absolutamente nada, está sendo feito. De um lado a gente vê uma tremenda preocupação da Secretaria do Verde em preservar, em edificar, em construir, em plantar e de outro lado uma devastação sem controle ao entorno do Município, causando chuvas convectivas, causando mortes e danos materiais e humanos.

**Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Por uma questão de ordem, a intervenção do Conselheiro muito pertinente. Eu sugiro que na próxima reunião do CADES nós tenhamos aqui uma apresentação exatamente de como a Prefeitura e o Estado estão montando uma estratégia com relação a isso. Eu proponho que esse tema que você levantou com bastante relevância.... Aliás, nós já temos todas as informações. Todo esse relatório já chegou na mão da Prefeitura, da Secretaria, do Estado. Todos nós estamos debruçados, inclusive a própria Secretaria de Estado com a Prefeitura nós estamos montando uma articulação, até tendo em vista da experiência que a cidade de São Paulo teve na Operação Integrada Defesa das Águas em um momento importante da cidade, que foi bastante eficiente e que, infelizmente, ela, eu diria assim, ela meia que esfriou um pouco, mas agora essa demanda está sendo colocada na agenda da Secretaria de Governo, inclusive. Eu queria registrar que isso é uma preocupação da Prefeitura. Já está ciente desse relatório. Recentemente, o próprio Vereador Natalini entregou o relatório para o próprio Secretário do Verde. Nós temos informações todas elas detalhadas dos locais e a Prefeitura - não só a Secretaria do Verde, mas toda a Secretaria, os Secretários. Inclusive o Mauro Ricardo está coordenando esse Grupo de Trabalho, que nós já temos aí uma estratégia junto com o Governo do Estado. São vários atores que deverão atuar para enfrentar esse problema. Eu proponho ao Conselho que na próxima reunião a gente tenha ou chame o Coordenador da OIDA, que é o pessoal da Sub, o Heitor Sertão, o pessoal da Subprefeitura, de Governo, a Procuradora-chefe de Gabinete que está coordenando, a gente faça uma apresentação para os Senhores como é que anda esse trabalho.

**Cons. Marco Antônio Lacava** - Satisfeito, obrigado.

**Hélia Bárbara Pereira (SVMA)** - Só muito rapidamente, em relação... reforçando que os Planos estão sendo formulados e a gente está numa etapa de elaboração de diagnóstico. No diagnóstico, ele não entra só as coisas boas. Ele entra o que de fato é a situação que está ocorrendo na cidade.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Com a palavra, a Conselheira Janaína.

**Priscila Cerqueira (SVMA)** - Vou complementar a resposta da Hélia com relação ao Plano de Arborização Urbana. Nós fizemos um levantamento sobre a situação de todas as áreas e a fiscalização estava incluída. O detalhamento não está aqui na apresentação, mas está lá no relatório e isso também apareceu. O Plano vai ter que pensar uma diretriz de como a fiscalização vai atuar com relação ao corte da vegetação arbórea.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Com a palavra, a Conselheira Janaína e logo após o Conselheiro Dílson.

**Cons. Janaína Decarli** - Bom dia, Janaína Decarli, Secretaria Municipal de Mobilidade e Transporte. Primeiramente gostaria de parabenizar a Hélia e a Priscila pela apresentação e dizer que a Secretaria de Transportes ela tem especial interesse pelo

tema, dado pela operação dos veículos, dos ônibus. Eu acho que uma das grandes campeãs nas Subprefeituras de solicitação de poda é a SPTrans através da SMT em função da interferência que as árvores têm com a operação do sistema. Também tem um interesse todo especial com a questão da arborização urbana nos equipamentos de transporte - terminais, corredores. Já estive até um tempo conversando com a Priscila nesse sentido e por essas razões inclusive as nossas... Operação Transporte é muito crítica quando a gente fala da manutenção de árvores na operação dos trólebus, da rede aérea. A gente tem problemas sérios. Muitas vezes também quando... ocasiões de chuva, cai uma árvore, impede a operação do sistema e por essas razões eu gostaria de informar, dizer - como ainda está aberto a proposição de outras Secretarias para a participação do Comitê - de deixar oferecida a participação da SMT porque é um assunto que diretamente influencia na nossa atividade de transporte público e que a gente gostaria de contribuir, seja na questão resolução da alta demanda de solicitação de poda e manejo, seja na questão da promoção da arborização. Então gostaria de deixar registrado o nosso interesse em participar desse GT.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Com a palavra, o Conselheiro Dílson e logo depois Patrícia Marra.

**Cons. Dílson Ferreira** - Dílson, PNBE. Minha pergunta é para a Hélia e os parabéns pela apresentação, para ambas as apresentações, mas principalmente parabéns pelo Plano, pela extensão do Plano, pela qualidade do Plano e pelos objetivos e os propósitos que eles trazem. Minha pergunta é com relação a áreas verdes que são limítrofes do nosso Município ou que se estendem a Municípios vizinhos e nós sabemos que a saúde de uma área verde depende de ela ser cuidada como um todo. Nós temos planos ou temos acordos de cooperação, de trabalho em conjunto ou de termos desses Municípios também uma ação, de tal forma que essas áreas sejam preservadas como devem?

**Hélia Bárbara Pereira (SVMA)** - Eu acho que essa questão é fundamental. Óbvio que a questão da vegetação e todo esse patrimônio ele nos restringe ao limite administrativo do Município, então o próprio Plano Municipal da Mata Atlântica ele já fez uma série de recomendações em relação a essa articulação com os demais Municípios da região metropolitana. Essa questão também é muito cara para a formulação do Plano Municipal de Serviços Ambientais. Então sim, já tem recomendações. Eu acho que precisa ter a implementação das recomendações e no próprio âmbito dos demais Planos, a gente tem que questões mais específicas para abordar, mas já tem uma proposição, uma série de propostas colocadas.

**Cons. Dílson Ferreira** - Eu diria ou recomendaria, se me permite, que nós tivéssemos uma formalização desse acordo com os Municípios para que pudéssemos, trabalhando em conjunto dentro de uma formalidade, cobrarmos. Essa é a minha sugestão.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Com a palavra, a Conselheira Patrícia e logo depois a Conselheira Cláudia. Nós vamos encerrar também as inscrições na fala da Conselheira Cláudia. Nós vamos ter mais uma apresentação e a apresentação é um pouquinho extensa.

**Cons. Patrícia Marra** - Patrícia, SMDU. Também quero dar os parabéns, um trabalho muito árduo. Só queria fazer uma pergunta para a Priscila. A gente tem hoje provavelmente votação do PL do Vereador Fernando Holiday e de outros Vereadores justamente mudando a Lei da Arborização. Tem essa questão e também eu queria resgatar um pouco que há cerca de três anos foi feito um projeto de lei que autorizava o manejo da silvicultura, principalmente na Zona Sul. Nós que trabalhamos ali sabemos que é um problema, porque hoje existe (ou exige? Não é possível entender) compensação, só que a silvicultura tem que ser entendida como uma atividade econômica. Você planta eucalipto e pinheiro para fazer o corte e o manejo. Isso é crucial para o agricultor. A gente enquanto projeto Ligue os Pontos precisa muito que essa legislação seja alterada. Foi feito um PL, foi para a Secretaria e infelizmente o corpo técnico da Secretaria rejeitou e entendeu que eucalipto e pinus precisa, sim, não ser compensado. A gente tem várias áreas que eram também silvicultura, que a pessoa quer fazer uma RPPN, o Estado pede o manejo e a substituição, a pessoa não consegue fazer porque ela tem que compensar. Resumindo: é um problema. Tudo isso para dizer.... Eu queria fazer duas questões. Não vamos esperar terminar os trabalhos dos Planos - acho que o Plano da Mata Atlântica é um exemplo disso - para que a gente consiga efetivamente ou fazer uma articulação com a Câmara... A Secretaria de Governo já começar a trabalhar, porque se a gente espera terminar para propor um projeto de lei que a gente sabe que a negociação nem sempre é fácil, a gente não tem efetividade para mudar a lei que precisa ser mudado e eu queria saber também se mudou um pouco a concepção dos técnicos do Verde em relação a silvicultura, porque se bater de novo e entender que precisa de compensação, aí fica difícil qualquer trabalho.

**Priscila Cerqueira (SVMA)** - Eu vou responder a segunda pergunta primeiro, sobre a silvicultura, que está relacionada com a história do PL porque a alteração do PL é a 10.365. Quando essa proposta de PL para a silvicultura chegou na Secretaria, na verdade, se você lembrar, houveram duas posições: um grupo que ficou muito afeto ao que a lei diz hoje - e a Lei 10.365 fala que toda árvore no Município que for cortada tem que ser compensada - e aí entrou nesse pacote a silvicultura, inviabilizando a atividade que já vinha acontecendo no território desde sempre e um outro grupo de técnicos que falou "não, esse assunto precisa ser discutido" e a proposta - que eu estava fazendo parte desse outro grupo -, seria montar um Grupo de Trabalho para a gente estudar melhor o tema e fazer uma proposta de projeto de lei mais efetivo, porque o que tem é uma Portaria só para Parelheiros específica e não cobre o território todo, não dá conta e também coloca uma possibilidade de manejo que não está voltada para a atividade comercial. A gente colocou essa temática para discussão no Plano, mas com a história de a gente ter metas de curto, médio e longo prazo, isso precisa entrar nas metas de curto prazo. É urgente a gente realmente dar conta e por isso também que a gente inseriu área rural, não ficou só área urbana. Concordo. Alguma coisa não dá para a gente esperar chegar em junho para depois elaborar uma proposta em cima de uma diretriz. Não, vamos começar. A gente pretende, no âmbito do Plano, fatar essas ações

e começar elas no curto, médio e longo prazo mesmo. Com relação ao PL que vai ser votado, nós ainda não recebemos o texto, então não dá para eu opinar. O que estavam comentando antes de ele sair até é que seria uma alteração em artigos específicos, não alteração da lei toda. É urgente também que a gente faça uma revisão da lei toda porque nós estamos remendando ela há trinta anos. Cada vez que sai um outro PL, altera o artigo específico e aí não mexe na silvicultura, que é um assunto importante. Eu não vou comentar porque eu não conheço o texto.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Com a palavra, a Conselheira Claudia.

**Cons. Claudia Cahali** - Cláudia, Oeste 2. Hélia, eu queria fazer uma pergunta a respeito dos parques e os Planos Diretores que a gente tem em andamento ou que tem uma necessidade de serem feitos. Como isso pode entrar no PLANPAVEL, como que...por exemplo, a gente tem essa Comissão de acompanhamento que seria de concessões e parcerias e que a gente discute essa questão do Plano Diretor e a gente entende nessas reuniões que a gente precisaria estar integrado ao PLANPAVEL. Existe alguma previsão de esses Planos Diretores dos parques entrarem no PLANPAVEL?

**Hélia Bárbara Pereira (SVMA)** - O PLANPAVEL ele vai tratar no âmbito geral da

questão de gestão e governança do sistema. Dentro desse sistema estão os parques. Uma possibilidade também que está proposta, que está na pauta hoje, é a questão da concessão, mas a gente não vai tratar só da concessão. Agora, o que a gente precisa ter é chegar a uma conclusão no âmbito do Plano de quais seriam os instrumentos, de qual seria a base necessária para se fazer uma concessão e assim perseguir, determinar o que precisa ser feito, mas também não é só isso. O Plano é bem mais amplo. A questão de gestão e governança é bem mais ampla do que a concessão.

**(Não identificada - pela voz, Tamires Carla de Oliveira)** - Só complementando. O que eu tinha proposto até para a Hélia agora que a gente formou os GTs e aí está todo mundo trabalhando, da gente pegar o produto, a Comissão e incluir nesse trabalho do GT. Talvez seja realmente gestão e governança que se enquadre mais - eu também estou nesse e no de participação, que acho que são dois que são importantes para esse momento.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Quero agradecer as duas palestrantes. Quero pedir uma salva de palmas para as duas. Muito obrigado pelas palestras e vamos para a terceira apresentação do dia de hoje: apresentação Programa Município Verde-azul no Município de São Paulo, ciclo ambiental 2019. Palestrante, Senhora Vivian Prado Fernandes, Diretora da Divisão de Informações Ambientais da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, geóloga, pós-graduada em Tecnologias Ambientais e Gestão de Projetos. Dez anos de experiência na gestão de parques urbanos. Vamos passar direto para a apresentação que o currículo aqui foi colocado errado, desculpa.

**Vivian Prado (SVMA)** - Bom dia a todos. Agradecer o espaço para está aqui vindo falar dos trabalhos da equipe em relação ao Programa Município Verde-azul executado aqui pela municipalidade nesse ciclo ambiental de 2019. A proposta é fazer um panorama muito rápido. A gente teve aqui na plenária do CADES em junho. O Coordenador estadual do programa esteve aqui dando um panorama do que é o programa no âmbito estadual e como esse programa se relaciona com seus 645 Municípios. Deu uma geral de como que cada Município tem que ser reportado e aí ficou uma cobrança - e óbvio

que precisava trazer aqui - o que tem sido o papel de São Paulo na execução do programa nesse retorno. Só dando um panorama que o Verde-azul ele desiste desde 2007 lançado pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado, estimulando ações ambientais locais e avaliando o desempenho dos Municípios paulistas ano a ano para medir e apoiar a eficiência da gestão ambiental, ampliando os níveis municipal, regional e estadual do alcance dessa eficiência. São Paulo é signatário desde o ano de 2008. Na SVMA, a Divisão de Informações Ambientais da Coordenação de Planejamento concentra a equipe responsável pela articulação, captação, análise e consolidação de dados e informações para o atendimento às exigências do VerdeAzul e ele exige fortíssima articulação dentro e fora da SVMA com vários órgãos da Prefeitura e outros que têm ação de interface ambiental no território do Município - Governo, Educação, Saúde, Serviços, Transportes, as autarquias (SABESP, AMLURB) e outros atores que cuidam da agenda ambiental. As diretivas são dez: Município sustentável, estrutura e educação, Conselho ambiental, biodiversidade, gestão de águas, qualidade do ar, uso do solo, arborização urbana, esgoto tratado e resíduos sólidos. Todas alinhadas com esse princípio de ação local por uma causa global e também com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, as ODS, mapeadas de acordo com as metas estabelecidas dentro do programa das Nações Unidas. Compreende tarefas comuns aos 645 Municípios, com o fim de promover a melhoria contínua dessa qualidade ambiental no Estado de São Paulo e tudo isso é regrado por uma resolução da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente - a 33/2018 -, que traz todos os procedimentos operacionais, os parâmetros de avaliação do programa. Como funciona? São oitenta e cinco ações distribuídas nas dez diretivas, totalizando um potencial de 100 pontos e 80 pontos no mínimo garantem a certificação e a obtenção do chamado Selo Verde-azul, que é o ateste de que o Município está caminhando rumo à sustentabilidade efetiva. Aí um pouco da evolução. Desde que a gente é signatário, a gente teve aqui... por três vezes a gente fez a certificação, obteve o Selo Verde-azul. De 2013 para cá, a gente vinha numa crescente derrocada, vamos assim dizer, e aí agora a gente está retomando o programa. Precisou reestruturar e retrabalhar todo o conjunto de informações para dar atendimento. Também é importante destacar que o programa é meta mãe desse objetivo estratégico 30 - aqui na meta 30.1, que veio como melhorar 200 posições no ranking ambiental estabelecido pelo Verde-azul e das quinze ações propostas, a gente tem pelo menos dez ações diretamente relacionadas ao Programa Município Verde-azul, entre elas o que as colegas da CPA já colocaram, os próprios Planos verdes. Só que é importante destacar que o Programa de Metas, quando você fala de Verde-azul, você não está falando só dessas quinze ações, você está falando de oitenta e cinco ações que são de responsabilidade compartilhada dentro do território. Ele é muito mais extenso do que somente esses focos que a gente conseguiu pormenorizar e abordar aqui. Está ruim de ver, mas aqui é o cronograma de trabalhos para os dois anos - 2019 e 2020 -, que é o biênio 2019/2020 do Programa de Metas. O primeiro bloco, que começa lá com o lançamento dos trabalhos do ciclo ambiental vigente tanto pela Secretaria Estadual, depois a incorporação dos trabalhos dentro da equipe Prefeitura, toda a articulação, os diálogos que precisam ser feitos, que culmina aqui na pré-certificação na etapa de qualificação ambiental, que sempre acontece até abril. Sempre o primeiro bloco de reunião de informações, articulações, lançamento dos trabalhos, na verdade já começa com o fechamento agora em outubro. De outubro até janeiro, a gente faz uma avaliação, depois já começa o lançamento dos trabalhos e em abril aqui, a gente tem que estar fechando o primeiro pacote de documentação para enviar para o Estado. É bastante apertado, quando você pensa no tamanho das articulações, como eu vou abordar mais para frente. E aí o segundo bloco, que é o que a gente está finalizando agora. A gente faz o diagnóstico da primeira remessa de dados, refaz as articulações, as comunicações para quem contribuiu com as informações, tenta

alcançar as articulações que ainda não foram atendidas, para culminar na entrega dos documentos aqui entre final de setembro e outubro, que é quando fecha o sistema estadual de submissão, aguardar o diagnóstico, a pontuação pelo Estado e ter a cerimônia de certificação em dezembro lá no Palácio do Governo. Neste ano de 2020, a meta dessas 200 posições é em relação ao baseline de 2018, que a gente estava lá na quadra de 466ª posição no ranking ambiental. Quatrocentas..., não, quadragésima não. Aqui só para dar um panorama das instituições que têm ações que impactam no Verde-azul. A gente tem esse mapeamento, até para dar conta das articulações, então das oitenta e cinco ações, a gente tem trinta e oito ações de competência exclusiva da SVMA, catorze da SVMA com outros órgãos e por aí a gente vai distribuindo até chegar nesse total. A gente tem aqui então 45% concentrado em SVMA, com mais de 16% e aqui uma distribuição com os demais órgãos. Os documentos têm que ser atuais no ano de vigência, que vai de outubro de um ano a outubro do outro ano. Nesse caso, outubro de 18 a outubro de 19. Aqui especificamente falando da distribuição dentro da SVMA. A Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade responde por 31% das trinta e oito diretas, a CPA com a parte de 24%, UMAPAZ 8% - educação ambiental - e aí a gente tem também algumas coisas compartilhadas. Colegiados, do qual faz parte o CADES, 13% das ações, então a gente também tem todo isso separado, mapeado para estabelecer melhor o alcance das competências. Também é importante relatar que não é só simplesmente captar informação, para pelo menos trinta e três atividades, trinta e três ações, vinte e três ações no Verde-azul e as pro atividades, que são dez no conjunto de oitenta e cinco diretas. A gente tem que apresentar um plano de ação, um relatório circunstanciado narrando, descrevendo tudo aquilo que está sendo apresentado. A gente tem que sempre fazer esse formato diagnóstico, proposta, ferramenta de comunicação, divulgação, a execução da proposta e os resultados

obtidos. E aí a gente tem um geral, o que que deve ser colocado. A gente articula com as equipes e passa isso e a ideia agora - a ideia não, a nossa ambição - é fazer todo mundo um pouco já se enquadrar nesse tipo de formato que é o que o programa exige. Isso feito, os materiais são submetidos no SIGAM, Sistema de Informação e Gestão Ambiental do Estado. O Município Verde-azul tem uma aba específica lá dentro. Dentro do plano de ação, a gente tem as dez diretas. Cada diretiva tem a sua composição. A gente vai alimentando e aí ele vai sinalizando quanto o percentual de atendimento que a gente vai dando. Também tem uma questão dos cadastros. Para cada diretiva, a gente também tem um Plano de Metas que a gente tem que dizer os principais objetivos e estratégias naquele ciclo e os principais entraves e dificuldades. Isso a gente tenta alcançar com as equipes. A gente tem também o cadastro dos Conselheiros aqui do CADES e outros quadros municipais responsáveis pela gestão daquelas informações que estão sendo relatadas. Aqui é um cronograma - entrando agora especificamente no ciclo de 2019. A gente já cumpriu até 15 de abril os documentos comprobatórios da primeira etapa 15 de abril. A qualificação a gente começou em 27 de junho e a gente conseguiu... A gente tinha que alcançar pelo menos 40 pontos com avaliação por diretiva e o avanço em porcentagem. A cerimônia foi no dia 11 na cidade de Bauru e a gente conheceu o ranking ambiental preliminar, que eu vou falar daqui a pouco. Agora a gente está nessa fase aqui, que é o prazo final de entrega do ciclo em 30 de setembro agora e vai ter lá em 13 de dezembro a cerimônia de certificação. Primeira etapa, que foi a qualificação, a gente fez um envio de pelo menos tem 154 documentos técnicos produzidos por pelo menos doze diferentes instâncias de governo e governança dentro aqui do Município. São Paulo foi qualificado, atendeu esse mínimo e a pontuação preliminar foi de 50.193, o que já nos colocou 98ª posição do ranking, o que já é um excelente avanço e denota a retomada forte do programa nessa gestão, nessa fase da gestão. Aqui é o certificado que a gente pega lá direto com Secretários, coordenação.

Aqui eu vou entrar um pouco em cada diretiva, falando bem rapidamente do que está sendo o atendimento que foi possível alcançar até agora. A gente começa com a diretiva de Município Sustentável. Ela é composta por nove ações, mais um banco de sessenta indicadores ambientais relacionados a vários temas: saúde, meio ambiente e saneamento, por exemplo. A gente teve aqui apenas uma plenamente realizada, entendendo plenamente realizada aquilo que a gente alcançou a formação no formato, que já teve um diagnóstico pelo menos na primeira fase ou aquilo que a gente já conseguiu já arredondar. Não quer dizer que é aquilo que será pontuado no próximo diagnóstico agora até dezembro, mas é o monitoramento que a gente fez do que conseguiu alcançar em termos de articulação. A gente tem um realizado, seis parcialmente realizados e duas não realizados. Quando tem esse unzinho, é que pelo menos uma delas é inexistente. Por exemplo, aqui no Município Sustentável a gente não tem uma exigência por parte do empreendedor particular, por exemplo, de documento de origem florestal dentro do arcabouço de documentos em relação à construção civil. Então, para onde vai a madeira, como é que está a política edilícia na solicitação de madeira, na exigência de compra sustentável de madeira, por exemplo. A gente já tem isso para o Município, que a gente tem os nossos contratos, nossas compras já estão relacionadas ao CADE madeira. A gente tem a questão da instalação modelo, que eu vou apresentar. A ideia é apresentar um geral do que está posto aqui para casa de exigência e aí a gente faz uma breve entrada no que foi. Aqui é a parte de fontes geradoras e quantidade de energia no Município de São Paulo dada pela ENEL Distribuição em 2019 referenciado ao 2018, é o total das fontes que a gente tem. Água, basicamente. Depois termelétrica e fontes alternativas e o total de consumo por tipo de perfil aqui também no Município, que é importante para conversar com outras ações que a Secretaria tem feito, como, por exemplo, o Plano de Ação Climática. A instalação modelo. Destacar, é óbvio, a fachada... a questão da sede do Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo, que é o nosso primeiro grande prédio público nos equipamentos verdes que têm a questão de sustentabilidade, trazendo aí pelo menos dezoito desses

itens: rampas de acesso, painéis solares, a questão do telhado branco, a questão da iluminação natural, cisterna, sistema biodigestor. É uma iniciativa bem interessante de como a gente pode ampliar essa questão das construções sustentáveis no Município e com acesso ao município. A gente aqui na questão de estrutura e educação ambiental são nove ações mais um banco de dados que exige 216 informações, que é gigantesco e isso abordando todas as diretivas. A gente teve aí cinco realizações, três parciais e uma não realizada. A única a não realização é a que diz respeito à efetivação do Programa Municipal de Educação Ambiental, formalmente instituído na educação formal do Município, porque a SVMA já executa bastante em relação à educação informal de meio ambiente com a escola da UMAPAZ, a Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz, as ações dos cursos aqui da escola de jardinagem, enfim, mas a questão da educação formal está começando a andar agora com uma parceria com a Secretaria Estadual de Educação. A UMAPAZ tem trabalhado bastante nesse sentido. A Secretaria já tem articulado bastante com a Secretaria de Educação Municipal, então a gente está caminhando para que, por exemplo, na próxima rodada a gente já tenha uma maior efetividade em relação a esse programa. E qual é o problema da questão aqui instituição legal do programa de educação ambiental. Para além do que o Executivo tenta fazer por meio de Decreto e Portaria, na verdade é ter força de lei e fazer valer um programa efetivo de educação ambiental no Município. Falando da estrutura, a gente não precisa nem discutir muito. A gente tem aqui na Prefeitura a própria Secretaria do Verde e Meio Ambiente com uma estrutura muito robusta para o enfrentamento das questões de meio ambiente na cidade. Na parte de Conselho, participação, os Comitês de bacia. O Comitê do Alto Tietê que a gente, Ato administrativo instituindo esse

Conselho, convocações desse Conselho, manifestação do CADES. A apresentação de hoje vem para atender especificamente a linha da Conselho ambiental 4, que é apresentar ao CADES os resultados parciais ou totais do ciclo ambiental vigente, com aprovação em Ata, enfim, a discussão, participar no mínimo de um evento no CONSEMA, que a gente tem, e produção e divulgação de pelo menos uma resolução do CADES no ciclo vigente e as ações. Do total de sete ações, duas realizadas e cinco parcialmente realizadas. Aqui é só questão da constituição do CADES, essa atual formação do CADES, que o Estado destaca que ela ainda não é paritária, porque ela tem mais membros do setor público do que do setor privado, porque está faltando candidatos da sociedade civil em pelo menos mais três ou quatro postos aqui. Em tese, a gente está estruturado, mas também precisa inserir um pouco mais a questão da sociedade civil neste Conselho. Aqui é a nossa participação nas reuniões do CONSEMA como ouvinte. É uma forma que o Estado faz de trazer especialmente os pequenos Municípios para o que é esse debate de instituir Conselhos e fazer toda essa discussão mais ampla com a sociedade civil em relação ao que é a gestão ambiental. Em relação à biodiversidade. A gente tem oito ações, três parcialmente realizadas, duas realizadas plenamente e duas não realizadas, da qual uma é inexistente. Aqui é o Pagamento por Serviços Ambientais. É importante destacar que não adianta a gente enviar o que está em andamento. Eles só aceitam aquilo que está efetivamente aprovado. Aqui a gente tem o Plano da Mata Atlântica, o PMSA que vai começar a rodar, a questão da fauna sinantrópica, que aí a gente precisa do apoio da Secretaria de Municipal de Saúde, a questão da cobertura vegetal, que tem tanto via inventário - é uma nota automática via inventário florestal, só que agora a gente vai fazer uma atualização em cima do novo mapeamento da vegetação, questão da gestão de fauna silvestre, educação ambiental para a questão de biodiversidade e as áreas em processo de restauração ecológica. Só destacando o próprio PMMA, é claro, que foi aprovado em resolução CADES 186 de 2017. Aponta as ações e áreas prioritárias do Município, se articula com todos os Planos que já foram discutidos aqui e qual é o principal de qualquer Plano dentro do Município Verde-azul? Para além de dizer que sim, eu consegui construir um Plano, ele foi aprovado, ele está formalmente instituído, eu tenho que demonstrar a implementação, sempre trazendo previsões dentro do plano plurianual e na lei orçamentária anual, ou

seja, o quanto do que eu previ o que eu estou efetivamente executando e quanto do meu orçamento está indo para aquilo. Para além de dizer ele existe, é dizer efetivamente quanto dele está sendo executado - isso é uma exigência. Aqui a parte de conservação da fauna silvestre, monitoramento de avifauna. A gente tem toda uma questão do monitoramento e toda uma questão aqui dos dados da Divisão de Fauna Silvestre em relação às clínicas, laboratórios, centro de recolhimento, centro de tratamento, biologia preventiva, enfim. Todos os trabalhos a gente costuma também relatar. Indo agora para a gestão de água, são nove ações: três parcialmente, três realizadas e três não realizadas que não existem ainda, especialmente a questão das nascentes na cidade. A gente ainda não tem uma política pública efetivamente voltada para nascentes, então nascente modelo municipal. A questão da inserção, da ação de recuperação de nascentes em seu entorno e aqui o SISAGUA, na verdade a gente atende, mas atende fora do prazo previsto na resolução estadual. A gente já teve aqui ajuda da Magali, já está ajudando a gente articular, já enviamos, já comunicamos. Vamos esperar que no próximo ano a gente consiga o tempo hábil, porque a gente investe pesado nessa questão de qualidade da água, então é preciso informar com adequado tempo. Aqui a gente fala um pouco do que foi conseguido mais objetivamente, que são a questão dos relatórios gerenciais dos dez sistemas produtores de água da cidade. Essa é a primeira cara do relatório. Ele traz o total de ligações, o total de centros de reservação, zonas de derivação, as estações elevatórias, como é que tudo isso se relaciona com cada região

da cidade para dar em sistemas produtores, mais o relatório de desempenho. E aí a gente sempre faz também uma visita técnica em uma estação de tratamento de água na qual a gente tem que elaborar um relatório, tem um responsável, uma conversa. Aqui foi a SABESP que atendeu a gente e resultado dessa visita é sempre um relatório, laudo de monitoramento. Aqui, por exemplo, um próprio status do SISAGUA. A gente até ficou "como assim, não estão pontuando" se em tese a gente preenche bastante adequadamente. É só uma questão de adequar o prazo. A gente tem acesso a esses materiais, a esses documentos, e a questão agora é como escalar o acesso a esses materiais a uma real política de acompanhamento da qualidade do saneamento da cidade. Não só água, mas também esgoto, que eu vou falar um pouco mais para frente, que é um pouco do que já está sendo discutido no âmbito daquela Lei de Segurança Hídrica, que está prevendo a criação de uma autoridade hídrica na cidade que eu vou abordar um pouco mais para frente. Entrando aqui na qualidade do ar, são nove ações: seis realizadas, duas parciais e uma não realizada, que é a questão da pro atividade. Importante dizer que o que eles chamam aqui de pro atividade é qualquer iniciativa que o Município queira relatar dentro da proposta do Verde-azul. São Paulo tem milhões de iniciativas, só que a gente precisa organizar a informação para encaminhar. E aí a gente teve um avanço muito significativo nessa diretiva nesse ciclo ambiental, especialmente com o pessoal da Secretaria de Transportes - SPTrans. A gente, por ocasião da instituição do COMFROTA, do Comitê de Acompanhamento da Frota, a gente conseguiu alcançar esses dados que são superimportantes. Essa aqui é a frota a base, é o baseline dos acompanhamentos da SPTrans em relação à 2016, por tecnologia e por tipo de veículo. Para cada um dos sete tipos de veículos, a gente tem dois tipos de veículos - do contrato de até então. Não estou considerando esse novo contrato de concessão. A gente tem aqui as tecnologias Euro 3 e Euro 4. A diferença delas especialmente está na questão da qualidade das emissões, da diminuição das emissões de gases de efeito estufa. A gente precisa apresentar o cronograma de substituição dessa frota. Lá no baseline a gente tinha 7.900 de Euro 3, e 6.500 de Euro 5. Hoje, em junho, em relação ao ano base aí, passados três anos, a gente já diminuiu, já houve a substituição de cerca de 4 mil veículos, em relação ao baseline, com o aumento da frota em uma tecnologia que agora já é a Euro 5. Então, a gente tem o acompanhamento e esse aqui é o cronograma. A gente está aqui para 2019 em relação ao baseline, só que a gente já tem a projeção bianual - anual, aliás - em relação em relação a cada um dos veículos que vão ser colocados. Isso é mediante contrato da SPTrans. Cada

concessionária ou empresa das tantas mil que tem lá tem que fazer essa substituição paulatina. Isso está registrado sob penalização, uma série de controles muito efetivos que a SPTrans tem. E aí, uma outra derivação disso é a questão que é uma exigência também lá do Verde-azul em relação ao banco de dados, é a questão das emissões da frota por tecnologia, por consumo médio de combustível e por poluentes que são dados. A gente tem os três tipos de tecnologias: Euro 3, Euro 5 e os trólebus. O total da frota aqui e aqui a gente tem o total de emissão de poluentes da frota inteira e o total de consumo de diesel em quilo e diesel em litros. Isso é um avanço. Vocês não fazem ideia do que foi chegar nessa informação. E aqui um destaque também, com essa parte das ocorrências de queimadas. A gente tem feito um monitoramento em cima dos dados do INPE, mas a gente também tem um acompanhamento dentro do território, dentro das Unidades de Conservação, que é feito dentro da operação Fogo Zero, que também está sendo agora institucionalizada. A gente está aí torcendo para que dê certo. A minuta retornou e a gente está fazendo as últimas adequações para fazer o lançamento oficial e a institucionalização do programa Fogo Zero e conseguir instrumentalizar o programa também com apoio, com a nossa assinalação lá no termo da operação Corta-Fogo no Estado. Então, a gente vai começar a fazer ações conjugadas entre o que está previsto

no programa do Estado e o que pode ser feito aqui dentro dos nossos maciços. Em uso do solo, a gente tem aqui três não realizadas, duas parciais e quatro, desculpa, três realizadas, duas parciais e quatro não realizadas. Todas as quatro não existem para esse ciclo e aí a gente tem a questão de recuperação de área degradada por contaminação. A gente tem a questão aqui de processos geodinâmicos perigosos de ação na exploração disso, a inserção via COMDEC - Comitê Municipal de Defesa Civil no Sistema Integrado da Defesa Estadual. A gente ainda não está acontecendo isso. A adesão ao programa Cidades Resilientes a gente alcança, já vou abordar. A parte de educação ambiental alcança e o mapeamento que a gente também tem alcançado, a gente faz. Aqui é uma demonstração para São Paulo - só recuperando aqui, só um momento. A gente não tem, como plano controle de erosão, porque não é o nosso grande problema aqui na cidade. A gente não tem mais grandes sorocamentos tirando a questão dos deslizamentos de encostas nas áreas... estão muito mais ligados à questão de chuvas e da impermeabilização do solo do que efetivamente *descoroçoamentos*. Então, para territórios como de São Paulo, para quem não precisa efetivamente se prender num plano de controle de erosão, a sugestão é que a gente apresente o plano de drenagem. Por isso, a gente submeteu o Plano Municipal de Manejo de Águas Pluviais. Que é tocado por SIURB e aí, dentro - como eu já comentei - para além de apresentar o Plano, você tem que apresentar a execução efetiva do Plano prevista em PPA, LOA, Plano de Metas, enfim.... Aqui, por exemplo, a sub-bacia do Morro do Oeste, a gente tem a representação aqui, a efetivação do empenho e da execução da implantação do Plano. E aí também não é os planos de contingência de risco geodinâmicos na cidade. A Defesa Civil já tem setenta e nove planos concluídos por região, dentro de pelo menos vinte e nove Subprefeituras, que chegam nesse nível de detalhamento com a questão de onde estão os entraves, onde é ponto de encontro, onde está o risco de escorregamento, onde ficam os abrigos, um organograma de como, a partir do desastre, como é que a gente aciona e como é que as coisas dão encadeamento até a questão da resposta dada. Aqui, por exemplo, é da Cidade Tiradentes em relação a área dos gráficos, ao setor dos gráficos lá. A gente tem esse tipo de descrição para setenta e nove planos na cidade agora. A arborização urbana, a gente tem aí nove ações, três realizadas, três parciais e três não realizadas. As não realizadas são inteiramente não existentes, especialmente nessa questão do espaço árvore, que o Verde-azul traz esse novo conceito de, para os novos parcelamentos, você já deixar legalmente reservado uma área que só pode ser ocupada por árvore. A questão do cadastro a gente tem, como a Priscila já comentou, o inventário arbóreo de 2010/2015. O Plano Municipal de Arborização está em andamento, o piloto de floresta urbana a gente precisa adequar em relação ao Plano Municipal de Arborização, então,

também não existe. A questão da capacitação dos profissionais da estrutura urbana, da estrutura municipal em arborização urbana. As publicações, a gente já é referência, o nosso Manual de Arborização Urbana e Manual de Poda já é referência para o Estado inteiro em relação a esse tipo de publicação, a gestão participativa. A cobertura vegetal no perímetro urbano, que a gente está atualizando com o novo mapeamento da vegetação e as pro atividades, que são outras ações da arborização que a gente precisa ampliar e colocar aqui. Só destacando, é a própria elaboração do PMAU, dentro do que já foi mais do que falado do Sistema Municipal de Áreas Protegidas, definindo o planejamento, a implantação e o manejo da arborização urbana. Uma vez o PMAU instituído, a gente acredita que todas as demais iniciativas dessa diretiva vão conseguir ser plenamente abordadas. E aqui, a questão das capacitações técnicas. Para além das iniciativas que estão ocorrendo agora, que vão ter um resultado mais direto para o próximo ciclo, a gente já tem aí, por exemplo, um convênio, um termo de parceria com a UNIFESP para fazer esse treinamento dos profissionais de arborização urbana, que

já tem aqui resultados. Por exemplo, nessa primeira edição foram os cinquenta alunos, quarenta funcionários da Prefeitura e de dez da iniciativa privada ou de programas de pós-graduação. Foram dezenove encontros presenciais com frequência de pelo menos 75% e estão em base de entrega, estavam até então na fase de trabalhos. O esgoto tratado, essencial à questão do Plano de Saneamento, que acabou de ser lançado, acabou de ser editado, atualizado o novo Plano de Saneamento da cidade, a Lei de Segurança Hídrica, que acabou de ser publicada, como eu falei, que vai instituir uma autoridade hídrica na cidade. Não adianta lançar nada disso se você não tiver um cronograma previsto, como eu falei, em PPA e LOA, que precisa ser apresentado e, no grosso, a gente atende fazendo essa questão do relatório gerencial de desempenho da operadora, o monitoramento na estação de tratamento, ação de educação e essa parte aqui, a nota automática, claro que depende do desempenho. É a CETESB que dá. Isso não tem participação do Município em relação ao total que a SABESP informa que coleta lá. Sete ações: quatro plenamente, uma parcial e duas não realizadas. Essa é a cara - a exemplo do que era para gestão de águas -, a gente tem esses relatórios gerenciais para os seis sistemas de esgotamento da cidade: total, mapa, quantas ligações, que que ele alcança. A gente faz a visita técnica. Na visita técnica, a gente tem acesso aos laudos de monitoramento também da estação de tratamento do lodo e tudo isso acaba desdobrando também naquele grande banco de dados de informações da estrutura ambiental em relação aos indicadores e dados de saneamento. Em relação a resíduos, a gente tem a questão do PGIRS, que também está sendo atualizado e está conversando bastante com o Plano de Saneamento, que tudo uma coisa só. Novamente, a questão da aplicação; como é que tudo isso se relaciona com a questão da Política Nacional de Gestão de Resíduos, coleta seletiva, compostagem, educação. Três realizadas, seis parciais, ou seja, todas, porque nenhuma foi não realizada. Visitas técnicas nos aterros majoritariamente. Dando aqui então um panorama geral para esse ciclo de 2019, das oitenta e cinco ações: trinta e três a gente realizou, trinta e quatro parciais e dezoito não realizadas. Dentro dessas dezoito, nove não existem. Embora nove não existam, a gente já tem articulação estabelecida dentro de catorze, ou seja, não existem, mas estão em vias de existir, a exemplo, por exemplo, dos dois Planos que a gente está discutindo aqui hoje: o PSA e o Plano de Arborização Urbana. Então, a gente tem como alcance efetivamente executado 38,82% do programa, em relação aos 100% de sucesso das articulações estabelecidas, 40% do programa precisando de algum ajuste - carecem ainda de melhoria no fluxo de informação e padronização de resposta -, 58% desse total do que foi feito hoje, em termos de articulação, e aqui, desse catorze, praticamente tudo encaminhado, mas ainda sem uma efetividade em termos de articulação. É o que precisa ser melhorado. Como entraves principais, a gente tem essa questão da ausência ou deficiência de respostas às solicitações do Verde-azul, as unidades da Prefeitura não têm rotinas de atendimento ao programa e sequer possuem suas bases estruturadas e acessíveis. A disponibilidade parcial de informações. Tem

uma dificuldade, às vezes tem toda uma questão do fomento de como relatar e que tipo de informação e recorte fazer nesses grandes bancos de dados e a deficiência de um respaldo para articulações necessárias do atendimento ao programa dentro de diferentes unidades de Governo e governança. Não na SVMA, não nessa nova reabertura dos trabalhos, mas especialmente em outros órgãos que ainda entendem que esse é um assunto da Secretaria do Verde, não da cidade. A questão principal é essa: a gestão ambiental é compartilhada e isso tem de ser um compromisso de toda a Administração e não apenas da SVMA. O estabelecimento desses fluxos, a responsabilidade em cada uma das principais articulações de atendimento, a padronização da produção de dados e informações, conforme determina o programa e esse suporte técnico operacional no atendimento às exigências externas. É isso, eu, o

Erick e toda a equipe está disponível para quaisquer dúvidas. Obrigada.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** – Obrigado, Vivian. O primeiro Conselheiro, Senhor Marco Antônio Lacava.

**Cons. Marco Antônio Lacava** - Vivian, eu gostaria apenas de solicitar à Mesa que o tema que você aborda fosse oferecido ao Conselho de forma mais pausada, de forma mais intelectual, uma vez que desta forma atribulada, eu, particularmente, não consegui atingir talvez não da forma que você gostaria que eu compreendesse. Você, Vivian, acredito que foi prejudicada pela escassez de tempo para fazer uma extraordinária apresentação abordando aspectos ambientais, hídricos, qualidade do ar, poluição, urbanização, enfim, você falou de tudo em 20 minutos, de uma forma em que eu, particularmente, não entendi. E de forma que, por essa razão, eu acho que você é merecedora de uma nova apresentação, com tempo mais escasso, para que a gente possa entender porque foi plenamente realizada determinada ação, qual foi a realização, porque a outra não foi realizada, e quais que não serão realizadas. Você apenas sintetizou em alguns números que algumas foram realizadas, outras não, mas quais? O quê? Quais ações? De forma que eu vejo essa apresentação prejudicada.

**Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** – É muito pertinente a sua observação. Eu queria responder o porquê que está sendo feito assim - por uma questão de prazo que a turma está querendo cumprir. Mas sugiro que essa apresentação seja feita... primeiro coloque à disposição rapidamente para as pessoas e, se for o caso, se o Conselho entender que deve ser mais destrinchado para apresentar as informações, que aliás, o espaço do Verde-azul, o relatório do Verde-azul da cidade de São Paulo ele é amplo, ele tem muita informação mesmo. Eu acho que seria até oportuno, se os Conselheiros entenderem que deva ser pausadamente apresentado, com mais dados... E aí eu queria até aproveitar, até como uma sugestão de uma pauta, que a gente colocasse também o Plano de Ação de Mudanças Climáticas na pauta do CADES. Porque aí, o Plano de Ação de Mudanças Climáticas tem um pouco a ver... porque senão a gente fica vendo em pedaço e a gente não consegue entender. Eu entendo perfeitamente essa sua observação. Tem muita informação. Você joga blá blá blá e aí a gente só é um absorvedor dessa informação. Mas eu queria dizer que essa reunião, por exemplo, ela está contando como uma etapa das ações que a cidade de São Paulo faz com relação ao Município Verde-azul, tanto é que o próprio Coordenador do Programa Verde-azul esteve numa reunião do CADES fazendo a apresentação, que também era uma das etapas do programa. Eu coloco aqui e aí depois vocês poderiam colocar em votação, se for o caso, trazemos de volta o tema do Município Verde-azul, se for o caso, um pouco mais detalhado e juntando com isso, na sequência, do mesmo jeito que a gente fez hoje do Verde, a sequência Plano de Ação de Mudanças Climáticas, porque aí tem um pouco a ver como é que está a dinâmica da cidade em relação a esse tema de sustentabilidade.

**Vivian Prado (SVMA)** – Posso completar? Uma iniciativa importante em relação ao

Verde-azul é a gente estruturar a devida comunicação do que é feito no âmbito do atendimento de São Paulo. A gente - é que saiu essa semana - a gente está colocando a intenção é ter um *host* no *site* da SVMA em que seja colocado toda documentação de cada ciclo ambiental vigente a partir, por exemplo, agora de 2019, que estejam postas lá todos os contatos, articulações, a questão do atendimento ao Estado, o boletim final, porque também não tinha como eu trazer hoje o efetivamente. É o que eu comentei, isso é a expectativa da equipe, não é efetivamente o que o Estado está atestando. Já tem uma parte atestada em relação à primeira fase do ciclo, que é a etapa de

qualificação, mas efetivamente a gente vai ter esse resultado só em dezembro com o resultado publicado pelo Estado e o ranking preliminar, ranking ambiental oficial da cidade. De todo modo, a gente entende essa preocupação, sim. A gente já está com ajustes com a Assessoria de Comunicação da SVMA, que está fazendo esse apoio, de como fazer um plano de comunicação das ações do Verde-azul publicitado, vinculado ao site da SVMA e a questão da edição dos relatórios que a equipe do planejamento lá da Divisão de Informações Ambientais também vai disponibilizar. Isso é um ponto muito sensível, porque como a informação não é inteiramente do Verde, na verdade, a gente tem responsabilizado todas as articulações. Tem articulação que fala que isso ainda é sensível para vocês disponibilizar desse jeito para o Estado inteiro, isso aqui a gente precisa de uma aprovação da Superior Administração da minha pasta. Então, tem tudo isso: a questão de absorção do que é esse programa como um grande mensurador das ações sustentabilidade no território. A gente está tentando equacionar tudo isso. Como vocês puderam ver, a gente retomou o programa neste ano, nesta gestão. Todo o cronograma dele, as quase trinta e tantas ações fixas de cronograma dele está nesse sentido de publicitação - e aí dá maior entendimento, sim - e, realmente, se você for ver, são oitenta e cinco ações para eu trazer. Se só na primeira rodada foram 154 documentos, hoje a gente já está batendo praticamente 300, trezentas e tantas. Detalhar tudo isso numa plenária como essa talvez fique cansativo, talvez fique complicado, mas é sim, talvez trazer um pouco mais do que a gente trouxe, Ok. Só que como o próprio Secretário comentou, aqui é uma das etapas até de atendimento para essa segunda rodada que a gente finaliza agora dia 30. Então, tudo bem, a gente está disponível, a CPA-DIA está disponível para trazer o encerramento do ciclo quando for oportuno o resultado efetivo dessa segunda rodada.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Por favor, Senhor Ângelo.

**Cons. Ângelo Iervolino** – Ângelo, da SAL. Eu concordo plenamente para o colega da Câmara Municipal que é um assunto muito interessante e complexo que, na realidade, acabou ficando muito corrido. A minha sugestão seria uma outra apresentação aqui ou talvez um seminário, que poderia ser inclusive, talvez, na Câmara Municipal. Eu ia te fazer uma pergunta, mas ao longo, a própria exposição foi respondendo, que eu verifiquei que somente três Municípios haviam conseguido a média maior que 80. Aí, depois São Paulo estava 466, depois 98 e qual a previsão para São Paulo estar cumprindo essa meta? E a segunda pergunta: uma vez que a cidade conseguiu o selo, o certificado, quando que ele vai ser sabatinado novamente, ou tem o selo vai relaxar? Quando ele vai ser sabatinado novamente para poder estar cumprindo as metas?

**Vivian Prado (SVMA)** - Vou começar a responder da última observação. O ciclo é anual, então, você é certificado lá no dia 13 de dezembro, você tem o selo vai até o próximo dezembro. Se você, quando está executando o programa, na devolutiva do ano seguinte, não consolida o que você informou antes ou amplia o que foi a sua gestão ambiental, você perde a pontuação e deixa de ser certificada. Então, a validade do selo é anual. Em relação às demais observações, novamente a gente está disponível. E essa parte da comunicação vai ser ampliada e melhorada. A gente só espera que, nessa articulação, a gente consiga trazer. E é importante dizer que já foi um grande esforço trazer parte desses resultados, considerando que nós somos uma equipe de seis cabeças, três efetivamente conduzindo tudo isso. Mas, tudo bem.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** – Queremos passar a palavra à Conselheira Gabriela, encerrando também na palavra dela, porque nós vamos ter que entregar a sala daqui a pouquinho.

**Cons. Gabriela Chabbouh** – Vivian, obrigada pela sua apresentação, meu nome é Gabriela e eu sou da Secretaria de Governo. Eu queria que a gente aprofundasse um pouco a parceria em relação à questão de dados indicadores, porque a Secretaria de Governo está responsável pela alimentação de uma outra plataforma, um outro programa, que é o Cidades Sustentáveis. Então, eu acho que é bem importante a gente aprofundar, porque na realidade é um desafio bastante parecido no sentido de que você tem que mobilizar atores, mobilizar Secretarias para que elas forneçam dados e passem informações e internalizem e vejam o que faz sentido para internalizar nas rotinas dessas próprias Secretarias. Então, acho que é um esforço bem parecido e a gente tem que sentar juntas e pensar como otimizar aí esse trabalho. Eu queria te parabenizar. Eu sei como é difícil e queria te convidar também... Na Secretaria do Verde e Meio Ambiente já está a Hélia e o Valdson no Grupo de Trabalho para pensar questão da alimentação das Cidades Sustentáveis, mas também para pensar a questão do monitoramento dos indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. E aí, a gente teria um pouco mais de liberdade para além do Programa Verde-azul, para além das Cidades Sustentáveis, pensar como o Município de São Paulo quer olhar para a questão do desenvolvimento sustentável. Então, pensar em indicadores relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, mas algo que seja complementar, que não seja um trabalho a mais. Algo que seja, poxa, a gente já tem tantos compromissos de alimentação de indicadores com tantas organizações, pensar um pouco o que pode olhar da cidade de São Paulo mais global para a questão dos dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

**Vivian Prado (SVMA)** - Só respondendo, a gente já se falou por telefone, com certeza. O Valdson é da nossa equipe. A gente já tem bastante inter-relação dentro do Comitê de Indicadores e só destacando que, nesse momento, a gente acabou de publicar um GT interdepartamental dentro da SVMA para fomentar a discussão de novos indicadores e também o atendimento a essas grandes demandas por indicadores ambientais. A CPA-DIA é responsável pela questão da sistematização das informações de relevância ambiental dentro da SVMA e a relevância não só do que é produzido pela Prefeitura, mas por vários atores e a questão de implantar o sistema de indicadores dentro também da estrutura de indicadores ambientais dentro da estrutura. A gente está levantando essa questão. Uma das frentes é o Programa Cidades Sustentáveis, tem o monitoramento do Plano Diretor, tem os indicadores de saneamento. Parte do que o Verde-azul está respondendo aqui já serviu para alimentar a plataforma nessa correria que a gente estava. Então, realmente é superimportante programas como o Verde-azul, programas como Cidades Sustentáveis. Na verdade, fomentam o levantamento que é importantíssimo de informação qualificada e base de dados efetivamente constituída e qualificada e disponível abertamente. Então, super bem-vinda. Vamos sim, estreitar e ver, só queremos ajuda. Obrigado a todos.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Com a palavra, a Conselheira Sonia Hamburger, encerrando na palavra da Conselheira.

**Cons. Sonia Hamburger** - Sônia Oeste 1. É a terceira vez hoje que eu peço a palavra e me pulam a palavra. Não sei por que hoje eu acho que eu fiquei do lado errado da Mesa. Eu queria só retomar um pouco a apresentação do Programa Verde-azul. Eu não me lembro se tem, entre Estado e Município, alguma questão de transferência de

recurso ou se é um Programa só de indicadores. O selo significa algum ganho a nível brasileiro ou externo, alguma coisa assim. E gostaria também de entender, dentro da estrutura do SVMA, como que o Verde-azul está colocado com relação às outras prioridades. Eu achei bastante interessante essa sua colocação sobre o sistema de

indicadores, que essas demandas todas estão alimentando uma coisa maior que é alimentar essa transparência de indicadores que é tão difícil numa cidade como São Paulo. Obrigado.

**Vivian Prado (SVMA)** - Começando sobre a questão de onde está posicionado o Verde-azul, hoje dentro da Secretaria. Ele é meta de Governo. Então, a prioridade dele está mais do que estabelecida. A gente tem um grupo de acompanhamento do planejamento estratégico e ele é uma das pautas extensamente colocadas e acompanhadas e é isso que deu esse fortalecimento, esse empoderamento, o apoio do Gabinete da SVMA nas articulações todas que foram sendo necessárias, particularmente o Secretário Ricardo ajudando e apoiando fortemente no alto nível dos escalões da Prefeitura. A recepção das equipes técnicas e a questão da conversão real dos dados e informações dentro desse programa. Em relação à questão do por que o selo. Quando o programa foi lançado em idos de 2007, ele tinha uma prerrogativa que quem participasse daquele programa teria acesso facilitado à fonte de recursos, como por exemplo FABATE lá do Governo do Estado e outras fontes de financiamento especialmente geridas pelo Estado. Só que isso estava criando uma espécie de gincana, monetização que não ficou saudável. Na verdade, o interesse tem que ser muito maior do que apenas o acesso a recurso financeiro. E aí, do ponto de vista de São Paulo, da magnitude que ele tem, a importância é especialmente comunicar com transparência à sociedade que ações a gente efetivamente vem fazendo em termos de sustentabilidade. Essas ações não se restringem, obviamente, ao Verde-azul, como a Gabriela já destacou. A gente tem outras plataformas, programas, planos, processos. O que é importante é a gente dar mais transparência tanto ao que a SVMA faz, e ao que o Município faz, nessa questão da gestão ambiental. É dar transparência de como essa gestão ambiental ela é compartilhada e ela é pulverizada - não é só obrigação da Secretaria do Verde. E tudo isso demanda um plano efetivo de comunicação com as pontas, com os municípios, o papel dos Conselhos como CADES, o papel dos CADES regionais, tudo isso faz parte. A gente entende que obter o selo Verde-azul é atestar para a sociedade que São Paulo está, sim, compromissado com o enriquecimento e sustentação dos temas de sustentabilidade na política pública de desenvolvimento urbano ambiental ou ambiental urbano. Na verdade, é trazer o ambiental às vezes, e prioritariamente, na frente do urbano. Ele tirou um pouco esse viés. É óbvio que isso também conta, especialmente na questão das equipes técnicas. Eles têm parcerias internacionais na qualificação técnica para determinadas áreas. Então, a gente tem treinamento na Bélgica, tem treinamento em tudo que é lugar, que é uma eleição dentro dos 645 municípios do Estado... tem bolsas de estudo, enfim. Eles estão tentando fomentar de outras maneiras, não só a questão do recurso, mas especialmente o enriquecimento e capacitação técnica na condução do programa. São Paulo já faz muita coisa. A gente como equipe - e dá para ver isso nas plenárias do CADES, especialmente -, a gente tem bastante qualidade dentro das muitas Secretarias quando o assunto é meio ambiente. Agora, a gente precisa comunicar melhor. E aí eu acho que trazer esse selo, o selo de ODS, entendendo até o Verde-azul, por exemplo, como uma das únicas chancelas oficiais, entre aspas, de que sim, está sendo feito, existe um ranking ambiental, existe um caminho aí, uma agenda comum que pode ser colocada à prova e as informações. É mais de sentido e não só a questão de monetização do programa. Obrigada.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** – Queria agradecer, nesse momento, a senhora Vivian Prado Fernandes pela apresentação, uma salva de palmas para ela (palmas). Obrigado. Passando para o terceiro e último ponto da ordem do dia que são sugestões para próxima pauta. Nós pedimos que sejam encaminhadas através do

e-mail [caedes@prefeitura.sp.gov.br](mailto:caedes@prefeitura.sp.gov.br) para nossa Presidente Renate, da Câmara Técnica de Pauta. Senhor Ângelo.

**Cons. Ângelo Iervolino** - Ângelo, da SAL. A sugestão seria um parecer. Eu não sei se vai passar por essa casa, pela Secretaria, a questão do empreendimento Copa do Povo. Acho que pouca gente conhece, quem não é do setor, a respeito da Copa do Povo. É uma área grande que está dentro da zona de amortecimento do parque natural que, na calada da noite, próximo à Copa aqui no Brasil, foi invadida por uma organização não de São Paulo e estão pleiteando fazer 2.000 apartamentos num local que não tem recurso nenhum. Parece que esse tipo de empreendimento ele não é obrigado a passar pela Câmara Técnica, alguma coisa assim, mas eu gostaria de um parecer da Secretaria a respeito desse empreendimento. Houve a princípio um grande desmatamento, apesar de muita espécie ser eucalipto, mas tinha planta nativa no local. Obrigado.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Fica registrado a manifestação do Senhor Ângelo para a Comissão Técnica de pauta. Bom, passo a palavra ao nosso Presidente da mesa, Senhor Luiz Ricardo Viegas.

**Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Faz praticamente, três horas, três horas e meia, quase quatro horas que a gente está trabalhando aqui. Eu queria reforçar que tudo isso aconteceu hoje - pelo menos hoje a agenda foi bastante pesada - em virtude das vontades políticas e vontade política do Prefeito Bruno Covas em implantar os Planos como metas na cidade. Eu não posso deixar de registrar isso, porque a nossa funcionária, a Patrícia, lembrou muito bem, lá em 2014 estava numa lei vários Planos e, infelizmente, eles não avançaram; muita discussão, não avançaram. Felizmente nós tivemos uma orientação com relação à execução dos Planos. Todos eles: PLANPAVEL, Plano de Arborização, Serviços Ambientais, todos eles estão estabelecidos como tarefas que a Secretaria do Verde terá de cumprir e com prazos. Eu acho que a Hélia foi a única que não falou, mas a arborização urbana, mas todos eles estarão concluídos até o 1º semestre de 2020, até o ano que vem, para que a gente tenha pelo menos um início de estabelecer um Plano. Aí eu fiquei aqui pensando assim: às vezes a gente está voando sem plano de voo. E é o que está acontecendo mesmo. Nós estamos hoje com uma agenda de arborização, uma agenda verde na cidade, com várias demandas e, infelizmente, a Prefeitura está sem esse plano de voo de como trabalhar nessa agenda. Eu acho que a gente está cumprindo uma tarefa que é um dever nosso como servidor público, cumprir esses Planos. E, nesse sentido, os senhores Conselheiros são importantíssimos para que conheçam e chancellem e participem desses Planos e por isso eu agradeço a participação de todos aqui até essa hora, sem esvaziar o plenário. E eu fico muito contente de ver que o trabalho da equipe está tendo uma boa repercussão com vocês. Está sendo muito positivo e eu espero que a gente continue com esse ritmo e com vocês participando da gestão da Secretaria, que é exatamente o papel que o Conselho tem perante a Secretaria do Verde. Muito obrigado e boa tarde a todos. *(Palmas)*

Conselheiros (as) presentes:

Andrea Franklin Silva Vieira

Angelo Iervolino

Alessandro Luiz Oliveira Azzoni

Cinthia Masumoto

Claudia Vacilian Mendes Cahali

Clodoaldo Gomes de Alencar Junior

Dílson Ferreira

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh

Heloiza Sensulini Soler Olivares

Janaina Soares Santos Decarli

José Ramos de Carvalho

Leticia Gaion Tobias

Magali Antonia

Marco Antônio Lacava

Meire Aparecida Fonseca de Abreu

Patricia Marra Sepe

Renan Ferreira Escobar

Renate Schmitt Nogueira

Rosa Ramos

Sônia Império Hamburger

Tamires Carla de Oliveira

Vitor Torcinelli Rodrigues

Vivian Prado Fernandes

Vivian Marrani de Azevedo Marques

Willian Araújo Agra

Conselheiros (as) Suplentes presentes:

Leonardo Barbosa Oliveira/ Liliane Neiva Arruda/ Priscilla Martins Cerqueira

Conselheiros (as) com justificativa de ausência:

Ana Carolina Weiss Barrilari / Ângela Maria Branco / Beatriz Castro Maroni / Célia Marcondes Smith / Charlotte Troestschel / Cristiane Lima Cortez / Davi de Sousa Lima / Eduardo Storopoli / Fatima Cristina Faria Palmieri / Flavio Sukaitis / Francisco Gallego Pereira / George Doi / Ivo Carlos Valencio / João Henrique Storopoli / Juliano Ribeiro Formigoni / Julio César Angelo Martinelli / Julio César Bessa Monqueiro / Leonardo Galardinovic Alves / Lucio Fleury de Oliveira Bicharra / Luiz Ricardo Hardt de Siqueira / Luiza Josefa de Assis / Marcos Valério Pereira Ferreira / Maria Cristina Poletto / Maria Regina Braga Lagonegro / Marineide Santos Silva / Monica Masumi Hosaka / Pedro Luiz de Castro Algodoal / Raquel Alexandra Romano / Ricardo da Silva Bernabé / Rodrigo Goes Moreira / Rosélia Mikie Ikeda / Sabrina Ribeiro Carvalho / Solange Cristina Ribeiro / Tácito Lucio Toffolo dos Santos / Walter Pires /

Secretária Executiva: Claudia Maria Cesar

Coordenador Geral: Devair Paulo de Andrade